



ATA N.º 4 – Aos catorze dias do mês de fevereiro do ano dois mil e catorze, nesta cidade de Santa Maria da Feira, no auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às vinte e uma horas, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Exmo. Presidente da Assembleia – Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria – e secretariada pelos senhores Fernanda Paula Marques de Oliveira e Mário Jorge de Castro Reis, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Ata N.º 2 – Sessão Extraordinária de 20 de novembro de 2013;
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;
- 3 – Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida (deliberação da Assembleia de 27/12/2013);
- 4 – Regimento da Assembleia Municipal;
- 5 – PERM – Parque Empresarial de Recuperação de Materiais
 - Prorrogação da suspensão parcial do Plano Diretor Municipal e medidas preventivas;
- 6 – Novo Aterro Sanitário da Suldouro
 - Prorrogação da suspensão parcial do Plano Diretor Municipal e medidas preventivas;
- 7 – Desafetação de parcela de terreno integrada no domínio público municipal;
- 8 – Delegação de competências nas Juntas de Freguesia
 - Acordos de Execução/Aprovação de minuta e mapas de transferências
 - Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais;
- 9 – Delegação de competências nas Juntas de Freguesia
 - Contratos interadministrativos/Aprovação de minutas
 - Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais;
- 10 – “Contrato de Cessão de Exploração das Termas de S. Jorge” (para conhecimento);
- 11 – “Concessão de Exploração das Termas de S. Jorge”;
- 12 – Procedimento “Prestação de serviços de disponibilização de uma plataforma eletrónica de contratação pública e de consultoria na implementação dos procedimentos concursais do Município de Santa Maria da Feira”



Handwritten initials and a signature.

- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais;-----
- 13 – Regulamento de Estacionamento Público de Superfície (*artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 15.º do Regimento*);-----
- 14 – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira-----
 - Designação de uma pessoa de entre cidadãos eleitores para substituição de António Manuel Rocha Espassandim; -----
- 15 – Empreitada “Reabilitação do edifício de Turismo e Cultura – Santa Maria da Feira”-----
 - Autorização prévia para assunção de compromisso plurianual. -----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos senhores vereadores José Manuel da Silva Oliveira, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, Helena Maria de Sá Portela, Eduardo Marques dos Santos Cavaco, António Alves Cardoso, Susana Alexandra Lopes Correia e António Ferreira de Bastos. -----

Não estiveram presentes, nesta sessão, os vereadores Vitor Carlos Latourrette Marques, António Gil Alves Ferreira e Isabel Maria Oliveira Machado Leal Pereira. -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* declarou aberta a sessão, começando por saudar os membros presentes. -----

Em primeiro lugar, informou a Assembleia da entrada na Mesa, até àquele momento, de quatro credenciais: uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoncilhe, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Secretário daquele Executivo – Manuel Pereira dos Santos; uma outra do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Secretário daquele Executivo – Manuel António Duarte Teixeira; outra do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Tesoureiro daquele Executivo – Paulo Sérgio Valinho Luís; e uma outra do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Tesoureiro daquele Executivo – Alberto de Oliveira Tavares. -----



Informou que os membros António Domingues Pereira (PSD), Gastão Valente Pinto da Silva (PSD) e Márcio Santos Correia (PS), solicitaram, nos termos da Lei, e dada a impossibilidade em estarem presentes pelos motivos expostos nas próprias comunicações, serem substituídos na presente sessão. Deu nota que os membros Domingues Pereira e Gastão Valente são substituídos, nos termos da lei, pelos dois cidadãos seguintes da lista do PSD, respetivamente os cidadãos Justino de Amorim Pinto e Juliana Canedo Rocha – que se encontravam presentes para o efeito. -----

Sobre a substituição do membro Márcio Correia, informou que o cidadão a seguir na lista da mesma força partidária (PS) – Telmo André dos Santos Gomes – solicitou, de igual modo, ser substituído na presente sessão. Verificando que a cidadã seguinte dessa mesma lista – Margarida Arcelina Assunção Alfama – se encontrava presente para o efeito, informou que a mesma substituíra, na sessão, o membro Márcio Correia. -----

Para além dos membros atrás referidos – presentes em substituição/representação de outros – encontravam-se presentes, naquele momento, os seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria; José Manuel Milheiro de Pinho Leão; Fernanda Paula Marques de Oliveira; José Fernando Moreira; Adriana Marisa da Silva Cardoso; Serafim Manuel Rocha Guimarães; Aldina dos Reis Camboa; Maria José Ferreira dos Santos; Casimiro Loureiro Dias de Pinho; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Marisela Adelaide Pinto Maio; Bernardino Manuel Martins do Couto; Margarida Maria Santos Soares Rocha Gariso; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Manuel Oliveira de Almeida; Eduardo José da Costa Pereira da Rocha; Rosa Maria Pinto da Silva; António dos Santos; Manuel Amorim Duarte; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Manuel Ferreira Santos; Carla Marisa Pimentel Pereira; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Daniel Tavares Gomes, Filipe Ramiro Tavares Moreira; Moisés Salvador Coelho Ferreira; Valter José Mendes de Amorim; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fiães – António Valdemar Fontes Pinho Ribeiro; Lourosa – Armando Fontes Teixeira; Milheirós de Poiares – Augusto de Pinho Santos; Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Romariz – Manuel Jacinto Conceição Moreira; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; Santa



Maria de Lamas – António Óscar Correia Soares Neves; São João de Ver – Amaro Bento Silva Araújo; São Paio de Oleiros – Ana Cristina Pires de Oliveira; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – José Henriques dos Santos; e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Maria Manuela Silva Teixeira.-----

Entraram, no decorrer da sessão, os membros António André da Silva Topa, Jorge Manuel Ferreira Ferreira e Luís André Dias Ferreira Assunção dos Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Fornos.-----

Faltaram os membros Sérgio Manuel Murteira Cirino e Delfim Manuel Oliveira Silva – Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana. -----

Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 20 de novembro de 2013, quanto à omissão da leitura do documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, informou que se encontrava disponível essa relação, bem como os respetivos documentos, para que os Srs. membros os pudessem consultar, caso o pretendessem.-----

É do seguinte teor o documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal, após a sessão ordinária de 27 de dezembro de 2013: -----

- “Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Filipe Moreira, através dos requerimentos que remeteu ao Sr. Presidente da Assembleia subordinados aos assuntos “Casas de banho públicas da Feira dos 20 (Santa Maria da Feira)”, Conselho Municipal de Segurança de Santa Maria da Feira”, e “Linhas de água poluídas em Rio Meão” – cuja cópia foi entregue, em mão, ao membro Filipe Moreira, na sessão da Assembleia Municipal de 27/12/2013; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Filipe Moreira, através do requerimento que remeteu ao Sr. Presidente da Assembleia subordinado ao assunto “Planeamento urbanístico e qualidade de vida: Cidade de Lourosa, Rua da Tapadinha” – cuja cópia foi entregue, em mão, ao membro Filipe Moreira, na sessão da Assembleia Municipal de 27/12/2013; -----



- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Moisés Ferreira, através do requerimento que remeteu ao Sr. Presidente da Assembleia subordinado ao assunto “Zonas verdes e ajardinadas do Concelho” – cuja cópia foi entregue, em mão, ao membro Moisés Ferreira, na sessão da Assembleia Municipal de 27/12/2013; -----
- E-mail do membro deste Órgão, Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Inexistência de proteção entre passeio e rio”; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à Sr.ª Embaixadora da República da África do Sul em Portugal, remetendo teor do voto de pesar pelo falecimento de Nelson Mandela, aprovado pela Assembleia Municipal na sua sessão de 27 de dezembro de 2013;
- Ofício do Sr. Secretário-Geral da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo circular n.º 1-2014/PB, fazendo a sua apresentação ao iniciar as funções como Secretário-Geral daquela Associação; -----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira, subordinado ao assunto “Inexistência de proteção entre passeio e rio”; -----
- E-mail do membro deste Órgão, Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando, no seguimento do pedido formulado para indicação de elemento para o Conselho Municipal da Juventude, que dado o BE só ter um eleito legível para ser indicado – ele próprio –, ser ele o indicado por aquele partido para integrar o Conselho Municipal da Juventude – e-mail que, por sua vez, foi reencaminhado, para os devidos efeitos, à Sr.ª Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude; -----
- Convite da Sr.ª Presidente da Universidade Sénior de Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para participar na abertura do evento “Sabores das Terras de Santa Maria – Comida emocional”, que se levou a cabo no dia 10 de janeiro de 2014; -----
- Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da



-
- Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 16 de dezembro de 2013; -----
- E-mail da Editora Caminhos de Pax, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando e convidando-o a ler texto subordinado ao assunto “A Revolução que mudou Portugal e o Mundo”;-----
 - E-mail da Associação 25 de Abril, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, no âmbito da iniciativa “Vencer o Medo, Reafirmar Abril, Construir o Futuro”, inserida nas comemorações dos 40 anos do 25 de Abril; -----
 - E-mail do membro deste Órgão, Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Instalações desportivas em Sanfins”; -----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira, subordinado ao assunto “Instalações desportivas em Sanfins”;-----
 - E-mail do membro deste Órgão, Eduardo Rocha, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, requerendo o agendamento, para esta sessão de 14 de fevereiro de 2014, do assunto “Regulamento de Estacionamento Público de Superfície”; -----
 - E-mail do Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, aos Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, teor do e-mail que dirigiu ao Sr. Secretário-Geral da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, sobre o assunto “(Eventual) incompatibilidade de funções decorrente do exercício da atividade de docente do ensino superior”;-----
 - Ofício da Sr.^a Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, as minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 30 de dezembro de 2013 e 13 de janeiro de 2014;-----
 - E-mail da Sr.^a Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando que o cidadão eleitor António Manuel Rocha Espassandim, que havia sido designado pela Assembleia Municipal para a modalidade alargada daquela Comissão, atinge o limite de três mandatos (6 anos consecutivos) precisamente hoje, dia 14/02/2014, solicitando, por isso, que a Assembleia Municipal designe alguém de entre cidadãos eleitores, para substituição do
-



- mesmo;-----
- E-mail da Sr.^a Vereadora da Educação, Desporto e Juventude, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando, no âmbito do novo processo de constituição do Conselho Municipal da Juventude, a indicação do/a representante dos seguintes grupos partidários com assento na Assembleia Municipal: PSD, CDU e CDS/PP; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 14 de fevereiro de 2014, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 14 de fevereiro de 2014, e indicando a respetiva Ordem do Dia; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, relativamente à tomada de posse do Conselho Municipal de Segurança de Santa Maria da Feira, a levar a cabo nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 14 de fevereiro de 2014;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – António Domingues Pereira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 14 de fevereiro de 2014, solicitando, por esse motivo, a sua substituição na sessão, nos termos legais e regimentais;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pela deputada municipal Lia Ferreira, através do requerimento que remeteu ao Sr. Presidente da Assembleia sobre “Lugares de estacionamento destinados a pessoas com mobilidade condicionada”; -----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao membro deste órgão – Lia Ferreira, remetendo, em formato digital, ofício entretanto rececionado do Sr. Presidente da Câmara, em que é dada resposta às questões suscitadas por aquela deputada municipal através do requerimento que apresentou sobre “Lugares de estacionamento destinados a pessoas com mobilidade condicionada”; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Filipe Moreira,
-



- através do requerimento que remeteu ao Sr. Presidente da Assembleia sobre “Inexistência de proteção entre passeio e rio – Fiães”;
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao membro deste órgão – Filipe Moreira, remetendo, em formato digital, ofício entretanto rececionado do Sr. Presidente da Câmara, em que é dada resposta às questões suscitadas por aquele membro através do requerimento que apresentou sobre “Inexistência de proteção entre passeio e rio – Fiães”;
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Moisés Ferreira, através do requerimento que remeteu ao Sr. Presidente da Assembleia sobre “Depósito de lixo em S. João de Ver”;
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao membro deste órgão – Moisés Ferreira, remetendo, em formato digital, ofício entretanto rececionado do Sr. Presidente da Câmara, em que é dada resposta às questões suscitadas por aquele membro através do requerimento que apresentou sobre “Depósito de lixo em S. João de Ver”;
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pela deputada municipal Margarida Gariso, através do requerimento que remeteu ao Sr. Presidente da Assembleia sobre “Passeios/Instalações desportivas”;
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao membro deste órgão – Margarida Gariso, remetendo, em formato digital, ofício entretanto rececionado do Sr. Presidente da Câmara, em que é dada resposta às questões suscitadas por aquela deputada municipal através do requerimento que apresentou sobre “Passeios/Instalações desportivas”;
 - Comunicação do membro deste Órgão – Márcio Correia (PS), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 14 de fevereiro de 2014, por motivos relacionados com a sua deslocação ao estrangeiro, solicitando a sua substituição na sessão, nos termos legais;
 - Comunicação de Telmo André dos Santos Gomes – cidadão seguinte na lista eleitoral do Partido Socialista, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 14 de fevereiro de 2014, por



- se encontrar ausente do País, solicitando a sua substituição nesta sessão; -----
- Ofício do Sr. Vereador do Pelouro da Saúde da Câmara Municipal de Elvas, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo teor da “Moção em Defesa dos Doentes Oncológicos” que aquela Câmara aprovou por unanimidade, solicitando a consideração da mesma, por parte desta Assembleia;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 14 de fevereiro de 2014; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão (remetido por protocolo), relativo a aditamento à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 14 de fevereiro de 2014; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, de aditamento à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 14 de fevereiro de 2014;-----
 - Ofício da Sr.^a Embaixadora da República da África do Sul em Portugal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em resposta ao voto de pesar pelo falecimento de Nelson Mandela, aprovado pela Assembleia Municipal na sua sessão de 27 de dezembro de 2013;
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia, aos representantes dos partidos políticos com representação na Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento e devidos efeitos, quatro documentos rececionados, nomeadamente: -----
 - e-mail da Associação 25 de Abril sobre as comemorações dos 40 anos do 25 de Abril,-
 - e-mail do Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Leiria sobre “(Eventual) incompatibilidade de funções decorrente do exercício da atividade de docente do ensino superior”, -----
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro da Saúde da Câmara Municipal de Elvas remetendo teor da “Moção em Defesa dos Doentes Oncológicos” aprovada por aquela Câmara, ---
 - Ofício da Sr.^a Embaixadora da República da África do Sul em Portugal em resposta ao voto de pesar aprovado por esta Assembleia, pelo falecimento de Nelson Mandela;-----
 - E-mail do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos, José Carlos Silva, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão
-



- ordinária da Assembleia Municipal de 14 de fevereiro de 2014, pelo que se fazia representar na mesma pelo Secretário daquele Executivo – Manuel António Duarte Teixeira;-----
- E-mail da deputada municipal Margarida Gariso, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo dois requerimentos, um no âmbito da cedência de terrenos nas Ruas Padre Zé/Outeirinho – Santa Maria de Lamas, e outro sobre regulamento do concurso “Acessibilidades para Todos – Prémio de Boas Práticas a atribuir aos Presidentes de Junta de Freguesia”;-----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, dois requerimento apresentados pela deputada municipal Margarida Gariso, um no âmbito da cedência de terrenos nas Ruas Padre Zé/Outeirinho – Santa Maria de Lamas, e outro sobre regulamento do concurso “Acessibilidades para Todos – Prémio de Boas Práticas a atribuir aos Presidentes de Junta de Freguesia”;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Rua Dr. Santos Carneiro”;
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira, subordinado ao assunto “Rua Dr. Santos Carneiro”;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Filipe Moreira, através do requerimento que remeteu ao Sr. Presidente da Assembleia sobre “Instalações desportivas de Sanfins”;-----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao membro deste órgão – Filipe Moreira, remetendo, em formato digital, ofício entretanto rececionado do Sr. Presidente da Câmara, em que é dada resposta às questões suscitadas por aquele membro através do requerimento que apresentou sobre “Instalações desportivas de Sanfins”;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – Gastão Valente, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 14 de fevereiro de 2014, por se encontrar em recuperação de um acidente de trabalho, solicitando a sua substituição na sessão, nos termos legais;-----



- Diversos jornais e revistas.”-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o período em epígrafe, começou por fazer referência à tomada de posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança de Santa Maria da Feira, informando que a mesma se realizaria de seguida. Deu nota que as pessoas indicadas pelas diversas entidades representadas no Conselho foram devidamente convocadas para que estivessem presentes nesta sessão, para tomarem posse perante a Assembleia Municipal.-----

De seguida, foi feita a respetiva chamada, verificando-se que estiveram presentes os representantes das entidades a seguir identificadas, que assinaram o correspondente Auto de Posse como membros do Conselho Municipal de Segurança de Santa Maria da Feira:-----

Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria (Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira); Emídio Ferreira dos Santos Sousa (Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira); Manuela Coelho (Câmara Municipal de Santa Maria da Feira – Divisão Social); Jorge Esteves (Ministério Público da Comarca de Santa Maria da Feira); Romeu Carvalho Martins (GNR – Comandante do Destacamento Territorial); Manuel Álvaro Almeida Santos (PSP de Santa Maria da Feira); Manuel Filipe Regalado Gomes Neto (Bombeiros Voluntários de Santa Maria da Feira); Joaquim Teixeira (Bombeiros Voluntários de Arrifana); José Carlos (Bombeiros Voluntários de Lourosa); José Nogueira (Cruz Vermelha Portuguesa – Sanguedo); Alberto Rogério das Neves Henriques (representante das IPSS Concelhias); António Manuel da Cunha Nogueira (Associação “Pelo Prazer de Viver”); Luís Barbosa (Federação Concelhia das Associações de Pais); Vitor Sismeiro (Federação das Coletividades); Artur Araújo Dias (Associação Empresarial da Feira); Alírio Manuel Silva Martins (Sindicatos – CGTP); Armando Filipe Sousa Ramos (Partido – PSD); Ricardo António Santos Silva (Partido – CDU); Adriana Cardoso (Conselho Municipal Juventude – PSD); Paulo Oliveira (União de Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior); Minervina Ferreira da Silva Rocha (Presidente da Junta de Freguesia de Escapães); António Valdemar Fontes Pinho Ribeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Fiães); José Henriques dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande); Armando Teixeira (Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa); Augusto Santos



Handwritten initials and a signature.

(Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares); José Carlos Silva (Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos); Rui Alves Rios (Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura); Firmino Gomes da Costa (Presidente da Junta de Freguesia de Paços de Brandão); Mário Jorge de Castro Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Rio Meão); Manuel Jacinto da Conceição Moreira (Presidente da Junta de Freguesia de Romariz); Valdemar Alves Silva (Presidente da Junta de Freguesia de Sanguedo); António Óscar Correia Soares Neves (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas); Amaro Bento Silva Araújo (Presidente da Junta de Freguesia de São João de Ver); Ana Cristina Pires de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de São Paio de Oleiros); e Maria Manuela Teixeira (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô). -----

Faltaram à Tomada de Posse os representantes das entidades a seguir identificadas: -----
Vítor Carlos Latourrette Marques (vereador do Pelouro de Obras Municipais, Proteção Civil, Ambiente e Saúde); o Comandante Operacional Municipal da Câmara Municipal (não indicado); José Manuel Costa Gomes de Pinho (Delegação de Saúde de Santa Maria da Feira); José David dos Santos Ferreira (Hospital S. Sebastião); Adriana (INEM); o representante da DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (não indicado); o representante da U.G.T. (não indicado); Paulo José Ferraz Mendes (Partido – BE); Virgílio Silva Ribeiro (Partido – PS); Manuel Coimbra (Presidente da Junta de Freguesia de Argoncilhe); Delfim Silva (Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana); José Martins (Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros); e Fernando Leão (Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo). -----

O Sr. Presidente da Assembleia deu, então, por instalado o Conselho Municipal de Segurança de Santa Maria da Feira, agradecendo aos que estiveram presentes e referindo, quanto aos representantes faltosos, que os mesmos tomarão posse oportunamente, na primeira reunião a realizar pelo próprio Conselho a que estiverem presentes.-----

Continuando os trabalhos da sessão, informou da entrada na Mesa de um voto de pesar pelo falecimento de Albino Aroso, subscrito pela deputada municipal Margarida Gariso, do grupo municipal do PS, cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----



“O Grupo Municipal do Partido Socialista de Santa Maria da Feira, considerando que:-----

1. O médico Albino Aroso Ramos, falecido em 26 de dezembro de 2013, é consensualmente considerado como o «pai» do planeamento familiar em Portugal, tendo sido o seu grande impulsionador enquanto cidadão e profissional comprometido e na sua condição de Secretário de Estado da Saúde do VI Governo Provisório; -----

2. Em 1989, como Secretário de Estado da Saúde e como responsável pela Comissão Nacional de Saúde Materna e Neonatal, Albino Aroso foi determinante no estabelecimento das bases funcionais, legais e organizativas que permitiram que o nosso país passasse a figurar entre os melhores da Europa no que se refere à taxa de mortalidade infantil; -----

3. Albino Aroso foi também considerado, em 2005, como um dos 65 clínicos mais dedicados à saúde pública no Mundo, segundo uma avaliação da Associação Médica Mundial; -----

4. Em 2006, Albino Aroso recebeu o primeiro Prémio Nacional de Saúde pelos seus «contributos inequívocos, prestados no decurso do seu longo desempenho profissional», como consta da ata do mencionado prémio; -----

5. O Professor Albino Aroso foi docente de Ginecologia no Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, da Universidade do Porto. Teve ainda saber, arte e engenho para conduzir ao longo da sua vida uma intensa atividade científica reconhecida em Portugal e no estrangeiro. Foi Presidente do Conselho Nacional de Oncologia, Membro Honorário da Sociedade Portuguesa de Senologia, Membro Honorário da Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica e Membro Emérito da Academia Portuguesa de Medicina. -----

Pelo exposto no precedente, o Professor Dr. Albino Aroso Ramos é, seguramente, merecedor de um gesto desta Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira no sentido de perpetuar o seu nome e lembrar para a posteridade a sua vida que se confundiu com a sua atividade constante em favor da saúde e da vida de todos nós. -----

Nessa conformidade, esta Assembleia Municipal delibera:-----

a) Manifestar o seu mais profundo pesar e consternação pelo falecimento do Dr. Albino Aroso Ramos;-----

b) Enviar o texto deste voto de pesar à família do falecido; -----

c) Propor que seja atribuído o seu nome à rotunda em frente ao Hospital São Sebastião por se tratar de um local condizente com o prestígio e percurso profissional de Albino Aroso Ramos.”-----



Saiu o membro Armando Teixeira.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente – estando presentes 48 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar o Voto de Pesar em referência, tendo-se, em seguida, aguardado um minuto de silêncio em memória do Professor Albino Aroso.-----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* aludiu e identificou onze documentos – quatro moções, quatro recomendações, duas propostas e uma proposta de louvor –, que, nos termos regimentais, foram apresentadas à Mesa para serem apreciadas nesta sessão, dizendo que concederia a palavra aos subscritores desses documentos para os apresentarem à Assembleia e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais para se pronunciarem sobre os mesmos.-----

Entraram os membros Jorge Manuel Ferreira Ferreira e Luís André Dias Ferreira Assunção dos Santos.-----

Interveio o membro *Rui Ribeiro* (PSD) para apresentar à Assembleia a proposta cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“COMEMORAÇÕES DOS 40 ANOS DO 25 DE ABRIL-----

A reafirmação da liberdade, democracia e justiça social, valores básicos que unem os Portugueses em torno do 25 de Abril, deverá ter muito particular relevância nas próximas comemorações de 2014, com a celebração dos 40 anos da Revolução.-----

O regime resultante da Revolução levada a efeito pelos militares de Abril, abriu as portas a um Portugal mais justo, mais solidário, livre e democrático.-----

O poder local democrático é uma das grandes vitórias e uma grande realização daquela Revolução.-----

O Município de Santa Maria da Feira dever associar-se à comemoração dos 40 anos do 25 de Abril.-----

Nos termos referidos, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão



ordinária em 14 de fevereiro de 2014, delibera: -----

1. Que seja criada uma Comissão Conjunta desta Assembleia com a Câmara Municipal, constituída por todas os Partidos e Independentes que integram a Assembleia Municipal, para promover as comemorações do 40.º aniversário do 25 de Abril de 1974. -----
 2. Que essa Comissão elabore um Programa das Comemorações e promova a sua publicitação e execução convidando à participação e envolvendo os Órgãos Autárquicos das Freguesia, as instituições, o movimento associativo e os cidadãos. -----
 3. Dar conhecimento aos órgãos de comunicação social do teor integral desta proposta. -----
- Os membros do PSD da Assembleia Municipal.” -----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) para apresentar à Assembleia a moção que fez chegar à Mesa, cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“PELO FUTURO DA LINHA DO VOUGA -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista de Santa Maria da Feira, considerando que: -----

1. A Linha do Vouga, inaugurada em 23 de Novembro de 1908, foi concebida para ligar a Linha do Norte à Linha do Dão, região de Viseu, sendo, na época, uma obra de grande utilidade como garantia do escoamento dos produtos da região para serem vendidos preferencialmente no Porto, assumindo-se assim como um importante polo de desenvolvimento regional; -----
2. O crescente predomínio do transporte rodoviário, por razões económicas e socio-históricas que não se nos afigura relevante descrever e explicar neste documento, foi contribuindo, paulatina mas decisivamente para a perda de importância e declínio da Linha do Vouga; -----
3. O percurso entre Espinho e Oliveira de Azeméis, ainda ativo, reúne, no nosso entender, condições e características que aconselham uma intervenção profunda na atual Linha: Basta pensarmos na densidade populacional na área geográfica referida que é muito elevada, na dimensão económica da região servida por inúmeras indústrias de exportação para além de muitas outras de mão-de-obra intensiva que justificariam viagens economicamente rentáveis, bem como a maior proximidade da região referida com a Área Metropolitana do Porto, diminuindo custos e aproximando populações; -----
4. A Linha, na região referida no antecedente, não reúne condições de segurança. Em primeiro lugar porque continuam a existir inúmeras passagens de nível, muitas delas sem guarda, que



potenciam acidentes quase sempre com vítimas mortais. Por outro lado, a utilização da linha em termos de carga/passageiros é muito incipiente, agravando os custos de transporte por não existir uma razoável economia de escala; -----

5. Não existem verdadeiras alternativas a esta linha. Basta aqui referir que a população que vive próxima da linha, num raio de 1 Km, é de quase 50 mil pessoas (cerca de 17% da população residente). -----

6. Para além de desejável, é economicamente possível e sustentável a modernização da Linha do Vouga nos troços referidos. Basta aduzir os números de 2012 avançados pela TRENMO Engenharia SA: 70 milhões de euros, 85% dos quais financiados pelo QREN 2014/2020. Esses fundos seriam, aliás, extensíveis a regiões e localidades como Espinho, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Oliveira de Azeméis, animando economicamente uma região de importância e dimensões consideráveis; -----

7. A título exemplificativo do poder multiplicador de um bom investimento citamos aqui o exemplo da Linha de Guimarães, a qual conheceu declínio semelhante ao referido para a Linha do Vouga durante a década de 90. Porém, após um investimento para ligar aquela linha à Linha do Norte, o número de passageiros transportados aumentou exponencialmente. De 226 mil passageiros em 2002, passaram por esta linha, em 2012, dois milhões! Quase dez vezes mais! Citamos este exemplo pelas suas similitudes e analogias com o que acontece com a Linha do Vouga. Uma simples extrapolação para a Linha do Vouga permitiria esperar quase 3 milhões de passageiros anuais em 2020, dez vezes mais do que os 300 mil passageiros transportados em 2010! Contudo, ressalvamos aqui que o poder multiplicador do investimento não tem de ser equivalente mas, em função da realidade julgamos que viria a ser muito elevado, justificando plenamente o dinheiro gasto no empreendimento. -----

8. A Ferrovia é uma das grandes apostas do próximo QREN 2014/2020 como forma de estimular escoamento de produtos e bens e aumentar exportações, pelo que esta lúcida opção política e estratégica só vem reforçar, aconselhar e legitimar até a necessidade incontornável e urgente de modernização de que temos vindo a falar neste documento: -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira considera pertinente: -----

1) Propor a reapreciação dos constrangimentos mencionados no relatório do grupo de trabalho das IEVA - Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado – para a Linha do Vouga, nomeadamente “Ausência de eletrificação” e “Limitação de capacidade”, -----



2) Destacar a importância de outros critérios tão ou mais relevantes para a rápida concretização da modernização da Linha, nomeadamente: a melhoria da qualidade de vida e a fixação das populações nas suas regiões de origem; a sustentabilidade operacional da infraestrutura; a capacidade para desviar tráfego rodoviário para tráfego ferroviário, entre outros que venham a ser destacadas pela população no *road show* nacional promovido pelo grupo de trabalho das IEVA, -----

3) Dar conhecimento desta moção ao Grupo de Trabalho das IEVA, ao Senhor Ministro da Economia e a todos os partidos políticos com representação parlamentar.” -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) para apresentar à Assembleia os documentos que fez chegar à Mesa cujos teores, seguidamente, se transcrevem: -----

“RECOMENDAÇÃO – EUROPARQUE-----

O Estado colocou-se como fiador dos privados na construção do Europarque e, agora, está a assumir dívidas que não deveriam ser suas, porque os privados estão a falhar à sua responsabilidade. Contudo, são os privados que continuam a gerir o Europarque. Assim, o Estado assume as dívidas que a AEP contraiu através do Europarque, mas não executa as contragarantias, continuando a AEP a gerir o Europarque. -----

O Governo já afirmou, em resposta ao Bloco de Esquerda em novembro de 2011, ser avalista do Europarque em cerca de 34 milhões de euros. Esta garantia pública foi realizada no Governo de Cavaco Silva, com Eduardo Catroga a Ministro das Finanças e, agora, sai do bolso de todos os portugueses. O Governo já terá pago 23,5 milhões de euros de dívidas bancárias do Europarque. -----

Apesar do próprio Governo reconhecer a existência de contragarantias constituídas pelo Europarque a favor do Estado: “o prédio urbano sito no lugar de Espargo, Outeiral, com a área de 184.919 m², composto por seis edifícios destinados a serviços, respetivamente, auditório, centro de congressos, edifício administrativo, edifício técnico, parque de exposições e restaurante do lago”, a gestão destes equipamentos está ainda a cargo da AEP. -----

O Europarque foi justificado à região e ao país como um investimento âncora, capaz de se tornar um marco nacional e internacional. Em nome deste desígnio, foram dados incentivos e avales, perdoaram-se impostos e até a Câmara Municipal fez obras e vendeu terrenos a preços simbólicos. Cerca de 20 anos depois da sua construção, a realidade demonstrou como o



investimento foi errado e lesivo para as contas públicas. Algumas destas isenções ainda persistem, como o não pagamento de IMI. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 14 de fevereiro de 2014, recomenda: -----

1. Retirar a Isenção de IMI dada ao Europarque e que apenas tem favorecido a AEP, entidade responsável pela falência do equipamento;-----
2. Pressionar o Governo para que o Estado execute as contragarantias.”-----

“MOÇÃO – CONTRA AS NOMEAÇÕES DOS APARELHOS PARTIDÁRIOS PARA CARGOS PÚBLICOS -----

Recentemente foi dado a conhecer uma tese de doutoramento de uma investigadora do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro (UA), que analisou 11 mil nomeações em 15 anos e concluiu que a maioria serviu para recompensar lealdades partidárias. -----

Na investigação da Universidade de Aveiro (UA) foram detetados dois tipos de motivações por trás das nomeações para cargos na cúpula da administração central: o “controlo de políticas públicas” e a “recompensa por serviços prestados anteriormente ou em antecipação aos mesmos”. -----

As conclusões apoiam-se numa base de dados de 11 mil nomeações e em entrevistas a “51 dirigentes políticos, ministros e observadores privilegiados da política portuguesa”, que, “na sua larga maioria, confirmam essa influência partidária”. “Há um alinhamento [ideológico] entre os partidos que estão no governo e as pessoas à frente” da administração pública. -----

Conclui também o estudo que, “Há uma preocupação de a pessoa que foi nomeada, em contactar o ministro antes de tomar decisões”. “Quando o ministro não consegue nomear a cabeça da instituição”, acaba por indicar pessoas para cargos mais baixos.-----

A influência dos partidos que têm exercido o poder nas nomeações na administração pública é há muito conhecida, sendo causadora dos maiores problemas do país, já que provoca um impacto económico extremamente nefasto. Ainda recentemente a própria Comissão Europeia criticou Portugal por falta de estratégia anticorrupção.-----

Assim sendo, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 14 de fevereiro de 2014: -----

Reprova, em nome da transparência, do rigor, da ética, dos valores democráticos e pela



credibilidade das instituições, este tipo de práticas que colocam em causa a democracia e o normal funcionamento das instituições.” -----

“MOÇÃO – EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS -----

Os serviços públicos são um garante de desenvolvimento e de democratização do acesso das populações a áreas como, por exemplo, a saúde e a educação. Quando devidamente infraestruturados e dotados de meios humanos, os serviços públicos garantem qualidade de vida e protegem as populações. -----

Acontece que muitos dos serviços públicos existentes em Portugal têm sido desbaratados pelos governos; outros têm sido, de forma consciente e óbvia, alvo de desinvestimento e de uma estratégia de ruína. -----

Recentemente, no concelho de Santa Maria da Feira, soubemos da intenção do Governo de encerrar duas repartições de Finanças; soubemos que no Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga faltam muitos meios humanos para um eficaz atendimento aos utentes; soubemos da incerteza sobre a continuidade da Unidade de Saúde em Sanguedo; ou da falta de condições que persiste em algumas escolas do concelho. Também soubemos, ato contínuo com a privatização dos CTT, do encerramento do Centro de Distribuição de Lourosa. -----

Ora, tudo somado, estamos perante a degradação de vários serviços públicos no concelho, com um impacto direto e óbvio na vida das pessoas. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 14 de fevereiro de 2014, delibera: -----

1. Reconhecer os Serviços Públicos como um garante de qualidade de vida e de desenvolvimento, fundamental à população do concelho de Santa Maria da Feira. -----
2. A necessidade de defender os mesmos e contrariar as notícias, intenções e algumas concretizações que têm levado à perda de qualidade destes serviços;-----
3. Opor-se ao encerramento, falta de pessoal ou falta de meios, nas Finanças, na Saúde, na Educação ou na distribuição de correio postal.”-----

“MOÇÃO – DIA INTERNACIONAL DA MULHER -----

Comemora-se, no próximo dia 8 de março, mais de um século sobre a celebração do Dia Internacional da Mulher, proclamado em 1911 como homenagem às 128 grevistas da fábrica



Handwritten initials and a signature.

Cotton, em Nova Iorque, assassinadas durante um ataque incendiário da polícia em 8 de março de 1857. -----

O 8 de Março tornou-se um símbolo da luta pela emancipação cívica e social da mulher, pelo direito de voto e por uma democracia sem discriminações, por melhores condições de vida e de trabalho e contra as guerras que têm consumido milhões de vidas humanas. -----

Apesar dos avanços registados no último século e do papel ocupado, por direito próprio, na sociedade, a luta pela afirmação da igualdade e por direitos iguais coloca novos desafios no mundo do trabalho, da política, na vida doméstica e familiar, etc. As mulheres continuam a ser as primeiras vítimas do desemprego, dos baixos salários, da pobreza e de violência, a todos os níveis. -----

Assim, a celebração do 8 de Março, permanece um marco na luta pela emancipação integral da mulher, ou seja, de toda a humanidade. -----

Neste início da segunda década do século XXI, alguns problemas que sempre afetaram as mulheres ganharam maior visibilidade. Entre estes, destacamos o assédio sexual, nos locais de trabalho e a violência conjugal, que mantêm uma incidência inaceitável: em Portugal, cerca de 350 mulheres foram assassinadas pelos maridos, namorados ou companheiros nos últimos 10 anos. -----

A luta contra a violência sobre as mulheres teve avanços nos últimos anos, ao nível do estudo e da extensão do fenómeno, das suas consequências pessoais e sociais e avanços a nível legislativo e no apoio às vítimas. Mas não nos podemos conformar nem resignar com a situação atual. A violência de género tem que ser encarada como um problema político, um problema de direitos humanos e um problema de cidadania, do qual as autarquias não se podem alhear. -----

Entre os instrumentos mais relevantes da intervenção autárquica contam-se a elaboração de diagnósticos municipais da igualdade de género e de Planos Municipais para a Igualdade de Género. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 14 de fevereiro de 2014, delibera: -----

- 1 – Saudar o aniversário do 8 de Março, Dia Internacional da Mulher; -----
- 2 – Recomendar ao Executivo Municipal que, em conjugação com as organizações da rede social e outras que trabalham nesta área, elabore um Plano Municipal para a Igualdade de -----



Género que contemple, entre outros aspetos, o combate eficaz à violência doméstica e ao assédio sexual nos locais de trabalho.” -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) para apresentar à Assembleia os documentos que fez chegar à Mesa cujos teores, seguidamente, se transcrevem: -----

“PROPOSTA -----

AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA: SELAGEM DAS PEDREIRAS DE LOUROSA, CIDADE DE LOUROSA -----

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO RECUPERAÇÃO PEDREIRAS DE LOUROSA -----

São conhecidas as posições e preocupações que a CDU tem tomado sobre diversas situações relacionadas com o ambiente e qualidade de vida. Nesse sentido fizemos parte da comissão acima citada que terminou funções no final do mandato anterior. Assim: -----

- Dado que o processo de selagem das referidas pedreiras ainda está em curso; -----
- Dado que está ainda por finalizar a execução do processo de saneamento das duas carreiras e respetivo arranjo urbanístico;-----
- Dado que a campanha de fiscalização das águas subterrâneas está parada e só será lançada após a conclusão das obras;-----
- Deve igualmente referir-se que era objetivo principal e último da anterior comissão, acompanhar o processo de fiscalização das águas subterrâneas através de piezómetros, por um período idêntico ao da execução da mesma (julga-se que durante dois anos). Este objetivo não foi alcançado pelo facto de se verificar um atraso na conclusão das obras que estava previsto para junho de 2012. -----

Assim, em face do exposto e nos termos legais e regimentais aplicáveis, a CDU – Santa Maria da Feira propõe: -----

A criação de uma nova Comissão de Acompanhamento Recuperação Pedreiras Lourosa, que dê continuidade ao trabalho da anterior comissão e desenvolva todos os procedimentos de acompanhamento inerentes a um processo desta índole. -----

A comissão deverá ter uma composição idêntica à da anterior (três elementos do PSD, 2 do PS e um de cada um dos restantes partidos com assento na Assembleia Municipal). Sendo que, os elementos não necessitam de ser necessariamente eleitos na Assembleia Municipal.” --

Sobre esta proposta, o membro Filipe Moreira deu nota da alteração ao texto inicial do



primeiro ponto justificativo, a pedido do PSD na reunião preparatória, ao qual a CDU cedeu, explicando que o texto inicial dizia “Dado que o processo de selagem das referidas pedreiras ainda está em curso, só se encontrando selada a carreira dos Limas e estando ainda em processo de selagem a carreira dos Linos”, tendo sido retirada a parte “...só se encontrando selada a carreira dos Limas e estando ainda em processo de selagem a carreira dos Linos”.-----

“RECOMENDAÇÃO – ESTATUTO SOCIAL DO BOMBEIRO -----

Tendo a CDU reunido com as diversas Associações Humanitárias de Bombeiros do Concelho, onde, em primeira mão sentiu e ouviu as necessidades dos mesmos. Sendo possível apurar que, entre outros fatores, devido à situação social no concelho feirense, por força do aumento galopante do desemprego (muitas vezes no mesmo agregado familiar), do encerramento de unidades de produção no Município e dos baixos salários existe uma reflexão na própria atividade daqueles que, por boa vontade, todos os dias voluntariamente se oferecem para socorrer a população vinte e quatro horas por dia, 365 dias ao ano.-----

Analísado o estatuto social Bombeiro previsto no decreto-lei n.º 249/2012, de 21 de novembro, da responsabilidade do Estado e das autarquias locais, não pode a CDU ficar indiferente ao não cumprimento das obrigações do estatuto social, com a exceção da isenção do pagamento de propinas e das taxas moderadoras do SNS (Serviço Nacional Saúde). -----

Assim, a CDU – Coligação Democrática Unitária propõe que a Assembleia Municipal delibere recomendar à Câmara Municipal: -----

- A isenção do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) para todos os bombeiros voluntários do concelho de Santa Maria Feira que comprovadamente através do seu corpo de bombeiros cumpram as condições do seu exercício no corpo ativo conforme refere o decreto-lei.” -----

“RECOMENDAÇÃO – CASTRO DE FIÃES – SANTA MARIA DA FEIRA -----

Considerando que: -----

- O Castro de Fiães é de especial importância para a interpretação da cultura castreja a sul do Douro; -----

- Poderá ser uma mais-valia para a interpretação dos povos que habitaram as terras do atual Concelho de Santa Maria da Feira; -----

- Este povoado tem um largo período de ocupação, possivelmente desde a Idade do Ferro até à



- Alta Idade Média; -----
- Existe diversificada bibliografia que confirma a importância histórica do local;-----
 - Existe um considerável espólio, retirado do local, no Museu dos Loios, na Universidade do Porto e em posse de particulares; -----
 - Nunca foi realizado um estudo exaustivo e em toda a extensão do Monte de Santa Maria (local do castro);-----
 - O local é símbolo da prática secular de reutilização simbólica dos mesmos espaços por diferentes comunidades ao longo dos tempos;-----
 - O local simboliza uma sobreposição sucessiva de valores materiais e espirituais; -----
 - Este espaço pode ser a localização da mítica povoação de Lancóbriga; -----
 - O espaço está envolto em misticismo e é a base de lendas;-----
 - Há um interesse generalizado da população da freguesia, e do concelho, em ver este local dignificado, havendo, por tal, uma necessidade premente de conservar o que resta do castro evitando em simultâneo a sua evidente deterioração; -----
 - Há a necessidade de se evitar mais construções verticais e horizontais na área do castro;-----
 - O Castro de Romariz (com especificidades diferentes) tem classificação de Imóvel de Interesse Público (antiga classificação do IGESPAR) desde 1945; -----
 - Para que o organismo competente, IGESPAR, inicie o processo de classificação (que terá 6 etapas) basta a subscrição da proposta por uma entidade e o envio do respetivo formulário. ---
- A CDU – Coligação Democrática Unitária propõe que a Assembleia Municipal delibere recomendar à Câmara Municipal que inicie, junto do IGESPAR, o processo de qualificação do espaço como Imóvel de Interesse Público.”-----

“PROPOSTA DE LOUVOR -----

O Concelho de Santa Maria da Feira tem um forte movimento associativo que se traduz numa atividade diversificada e de elevada qualidade. Mesmo com poucos recursos e financiamento estas associações nunca desistem de desempenhar a sua função. -----

Espelho deste envolvimento e de qualidade é a Casa da Gaia – Centro de Cultura, Desporto e Recreio de Argoncilhe, fundada em 1971, conta, atualmente, com mais de 1000 associados e com uma atividade variada da qual se destaca a organização do Festival Danças do Mundo. ---

O "Danças do Mundo" realiza-se ao longo de 12 dias, por palcos espalhados por várias



#14
Ⓞ

freguesias do Concelho e também por outros concelhos de Portugal, envolvendo na sua organização cerca de 500 participantes. Sendo visto anualmente por cerca de 50.000 espetadores. -----

Este festival, reconhecido internacionalmente pela qualidade da organização e dos espetáculos, tem contribuído de uma forma muito profícua para a internacionalização do nosso Concelho, mas também, para nos trazer o melhor do folclore nacional e internacional, contando geralmente com a participação de 7 grupos estrangeiros e 6 nacionais. -----

Assim, Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 14 de fevereiro de 2014 delibera: -----

Aprovar um Voto de Louvor à Casa da Gaia – Centro de Cultura, Desporto e Recreio de Argoncilhe e a todos aqueles que contribuem de forma efetiva para o movimento associativo do Concelho.”-----

Interveio o membro *Valter Amorim* (CDS-PP) para apresentar à Assembleia a recomendação que fez chegar à Mesa, cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“EMPREGO E EMPREENDEDORISMO JOVEM-----

A Juventude Popular da Feira vem a esta Assembleia Municipal, por interposição do CDS-PP Feira, com assento nesta que é a casa da democracia local, recomendar à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, algumas propostas para a redução e combate ao flagelo que é o desemprego jovem no nosso Concelho.-----

O desemprego atingiu níveis impensáveis no nosso País e neste Concelho nos últimos anos, e embora Santa Maria da Feira se situe em termos estatísticos abaixo da média nacional, não deixa de ser preocupante o que se verifica.-----

Mas mais dramático é o desemprego Jovem, que atinge valores dantescos, correndo-se um sério risco de se perder uma geração inteira, que se encontra perdida, desprovida de rumo ou futuro. -----

Nunca existiu uma geração tão diferenciada e instruída como esta, que chega ao mercado de trabalho e pura e simplesmente não têm oferta nem solução de emprego, privando esses jovens de uma perspetiva para uma vida com futuro. A imigração é a solução para os mais arrojados, mas não pode nem deve ser a única. -----

Temos de evitar enquanto Povo e Sociedade, a fuga diária desse valor criado para outros



países perdendo o custo financeiro e civilizacional que Portugal teve na formação desses jovens. -----

Também aqui no nosso burgo esta é uma verdade, realidade que infelizmente abrange muitos dos nossos jovens, inclusive bastante diferenciados. -----

Este problema é de todos, extensível a toda a Europa Comunitária, motivo para diversos fóruns de ideias. -----

Pretendemos a participação de todas as forças políticas com assento nesta casa e incentivamos que todas deem o seu contributo, para que brotem ideias e propostas, para no seu conjunto, se crie mecanismos que melhorem estas recomendações, para benefício dos nossos jovens, do seu futuro e do País. -----

Com estas propostas pretendemos demonstrar a preocupação e sensibilidade que a Juventude Popular da Feira, enquanto estrutura representativa de jovens feirenses, têm no que ao Emprego e Empreendedorismo diz respeito. Não é apenas o desemprego que preocupa mas o próprio financiamento. -----

Tendo em consideração que esta temática, é a principal aposta desta Câmara Municipal, aqui deixamos um pequeno contributo, cientes que não será suficiente para colmatar as necessidades dos nossos jovens, mas conscientes que é um passo na construção de um novo rumo, mais coeso e sustentável para os nossos jovens e para o Concelho. -----

Estaremos atentos e empenhados, em continuar a contribuir e a trabalhar, conjuntamente com todos os interessados e esta Câmara, para melhorar estas ou novas propostas que surjam. -----

Assim sendo, nesta Assembleia Municipal, a Juventude Popular da Feira recomenda à Câmara Municipal que considere: -----

1. Criação de bolsa de recrutamento para jovens desempregados:-----

1.1. O GAE, gabinete já existente na Câmara Municipal, pode criar e estruturar uma plataforma exclusiva para que os jovens desempregados se possam inscrever, -----

1.2. A plataforma ser disponibilizada/enviada a todas as entidades, potenciais interessados ou para consulta local,-----

1.3. Abranger todas as áreas profissionais.-----

Objetivos: -----

- Fomentando parcerias existentes ou a criar, com associações/empresas concelhias ou intermunicipais, que sejam potenciais recrutadoras de jovens trabalhadores desempregados,



para colocar os jovens em pleno mercado de trabalho,-----

- Recrutar jovens para os eventos ou atividades municipais a serem desenvolvidas no Concelho ou pela empresa municipal Feira Viva.-----

Benefícios a conceder às empresas que contratem jovens desempregados (em função do volume de contratações efetuadas) a ser objeto de delimitação:-----

Reduzir:-----

- IRC – 0,1 - 0,25% (jovens indiferenciados) / 0,25 - 0,5% (jovens diferenciados),-----

- IMI – 10 - 25%,-----

- IUC – 5 - 10% em toda a frota,-----

- Isenção da taxa de publicidade.-----

2. Criar bolsa de terrenos municipais para futuros jovens agricultores:-----

- Terrenos municipais ao abandono ou em desuso para que os jovens criem um projeto de futuro,-----

- Isenção de renda/aluguer do espaço,-----

- Fomentar contratos programa para a implementação de determinadas culturas, mais rentáveis e enquadradas com a biodiversidade existente, em desfavor de cultivos mais agressivos e nefastos aos solos,-----

- Benefícios fiscais similares às empresas promotoras de empregabilidade de jovens desempregados e aos projetos criadores de emprego,-----

- Prestação até 10% do lucro a título de contrapartida pelo apoio ao negócio/aluguer do espaço quando rentável.-----

Objetivos:-----

- Incentivar e incrementar o setor primário, em especial a produção agrícola local/regional,-----

- Diminuir o número de terrenos abandonados ou desaproveitados no Concelho.-----

3. Fomento/criação de bolsa de Arrendamento Comercial/Empresarial Jovem:-----

Jovens desempregados (profissões liberais ou outros) fazem candidatura para espaço mediante apresentação de projeto à Câmara Municipal, onde esta após análise e ponderação dos termos, ajuda:-----

- Encontrar espaço e arrendamento do mesmo, mediante protocolo a estabelecer com privados/empresas locais que passam a auferir benefícios fiscais similares às empresas empregadoras de jovens desempregados mediante o fito do negócio



(diferenciado/indiferenciado), -----
- Isentar de IMI, IUC, IRC e demais taxas estes jovens empreendedores,-----
- Apoio logístico, promoção e divulgação do negócio em plataforma camarária até sustentabilidade/autonomia, mediante contratualização de contrapartidas bilaterais e dividendos alcançados. -----

Objetivos: -----
- Incentivar os jovens ao Empreendedorismo e à criação do seu negócio/emprego, -----
- Reduzir a taxa do desemprego jovem”. -----

Usou da palavra a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que, começando por aludir à moção do Bloco de Esquerda sobre as nomeações dos aparelhos partidários para cargos públicos, informou que o grupo municipal do PS a votava contra. Disse que tal posição não se deve ao exposto no estudo desenvolvido pela investigadora da Universidade de Aveiro, onde censura práticas que, efetivamente, não devem ser admitidas em circunstância alguma, mas sim por entender que não é por alguém ser militante de um partido que fica com menos competências e se torna numa pessoa corrupta. -----

Referiu que fazer passar a moção pode fazer transparecer a ideia de que ser político é ser corrupto e que, nessa medida, o grupo municipal do PS entende não dever alimentar essa ideia já existente na sociedade, e também porque considera que os comportamentos decentes não devem ser suscetíveis de votação, mas sim que devem ser a prática comum.-----

Sublinhou concordar que o cartão partidário não deve ser uma porta aberta à entrada na Administração Pública, mas que também considera que não pode ser um sentido proibido, frisando que tal deve acontecer em função das competências e dos atos corretos que têm de ser praticados, não só pelos partidos, como por todas as pessoas. -----

Sublinhou ser da opinião que a Democracia não existe sem os partidos políticos e que, ao aprovar-se a moção, poder-se-ia dar a entender que os partidos políticos são corruptos, que os militantes são corruptos, como que deixando um recado aos políticos.-----

Em relação à recomendação sobre o Europarque, deu nota que o grupo municipal do PS opta pela abstenção por ter sérias dúvidas de que o proposto não representa um ainda maior encargo para os contribuintes. Referiu que o assunto deve ser ponderado e que aquilo que o grupo municipal do PS reclama é que a Câmara Municipal, junto do Governo, defina, de uma



vez por todas, o que pretende fazer com aquela infraestrutura, para que lhe seja dado um caminho e uma utilização que melhor sirva as populações. -----

Quanto à recomendação sobre o Emprego e Empreendedorismo Jovem, referiu que o grupo municipal do PS também se vai abster porque, embora concordando com as ideias subjacentes na mesma, considera haver muitos elementos que precisam madurar. Disse que, ao ouvir a apresentação dessa recomendação, ficou com a ideia de que a matéria será alvo de desenvolvimento, ressaltando que o grupo municipal do PS tomará uma posição definitiva quando possuir elementos mais consubstanciadas e elaborados.-----

Sobre a moção relativa ao Dia Internacional da Mulher, sublinhou que a mesma expressa aquilo que é uma mancha muito negativa existente na nossa sociedade, que é a violência doméstica, salientando que nos dias que correm ainda existe um número escandaloso de mortes devido a esse problema e que, portanto, essa moção merece a concordância do grupo municipal do PS. -----

Concluindo, a deputada municipal Margarida Gariso referiu, quanto aos restantes documentos que não mencionou, que os mesmos, dado representarem um benefício para a população, merecem a aprovação do grupo municipal do PS. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por aludir à moção apresentada pelo grupo municipal do PS, sobre a Linha do Vouga, para dizer que vota a favor a mesma, ressaltando que o Bloco de Esquerda está a favor que essa linha se mantenha e que entende, inclusivamente, que a mesma deve ser revitalizada e alvo de um investimento, não só na ligação Espinho/Oliveira de Azeméis, mas ao longo de todo o troço original. -----

Referiu que Albergaria-a-Velha tem uma central de camionagem quase única na Região, que faz uma ligação muito direta ao interior do País, dizendo que era importante, ao pensar as acessibilidades do ponto de vista regional, conseguir fazer um interface global entre o comboio, em Albergaria-a-Velha, e essa central de camionagem que dá ligação a vários destinos do País, com vários expressos diários. -----

Salientou que a Linha do Vouga tem sofrido, pelos últimos governos, um ataque desmesurado com o objetivo de retirar utentes para que, dessa forma, ela deixe de ser usada e, portanto, seja fácil encerrá-la. Realçou que a solução dever ser exatamente a contrária, mencionando o exemplo do que aconteceu no troço Águeda/Aveiro, em que se aumentou o número de



comboios, em que se ajustou os horários das viagens às necessidades laborais, tornando essa linha muito mais procurada e muito mais útil para a população.-----

Em relação aos documentos apresentados pelo membro Filipe Moreira, da CDU, deu nota do seu voto a favor dos mesmos, fazendo alusão à recomendação sobre o Castro de Fiães para sublinhar que o Bloco de Esquerda acompanha as preocupações que são manifestadas, comentando que esse assunto não só deve preocupar os fianenses, como todas as pessoas do Concelho. Salientou que o Castro de Fiães já é quase património imaterial porque, de material, já tem pouco, ressaltando que os licenciamentos feitos nos últimos anos, para construções de vivendas naquele monte, para a instalação de pequenas atividades, foram destruindo aquele castro. Frisou, por isso, que a classificação por parte do IGESPAR seria bastante importante para a preservação do pouco que resta do Castro do Fiães. -----

Sobre a recomendação relativa ao Estatuto Social do Bombeiro, referiu ser verdade que Santa Maria da Feira não parece ser um concelho que reconheça o importante trabalho realizado pelos bombeiros. Disse ter visto o regulamento de concessão de regalias sociais do bombeiro voluntário de um município vizinho, no qual os bombeiros, para além do seguro a que têm direito, têm prioridade na atribuição de habitação social, têm prioridade na atribuição de bolsas de estudo, recebem apoio em processos jurídicos que eventualmente surjam devido ao exercício das suas funções, têm acesso às piscinas, para além de serem agraciados honorificamente. Focou que o agregado familiar desses bombeiros também tem regalias, nomeadamente apoios jurídico-administrativos no caso de situações em que o bombeiro falece em serviço, ou a prioridade dos seus filhos no acesso a bolsas de estudo, entre outras situações. -----

Disse ser da opinião que o município de Santa Maria da Feira está a andar muito para trás quando era importante que avançasse de modo a reconhecer o trabalho dessas pessoas que, voluntariamente, zelam pela segurança de todos. -----

Sobre a recomendação relativa ao Emprego e Empreendedorismo Jovem, disse considerar caricato esta Assembleia discutir uma recomendação que é da Juventude Popular, apesar de ser por intermédio do CDS-PP, quando a Juventude Popular não está representada neste Órgão. Referiu serem muitas as propostas apresentadas na recomendação, algumas de cariz técnico e que, provavelmente, não havia espaço para as discutir nesta Assembleia, mas que queria fazer alguns comentários sobre o assunto. -----



Salientou que o CDS-PP tem, no Governo, o Ministro da Economia e o Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, fazendo sobressair que este último tem, ano após ano, feito aprovar o código contributivo, pondo o capote sobre os recibos verdes, inclusivamente admitindo falsos recibos verdes, nunca os combatendo. Disse ser um governo que diz à sua população para emigrar porque este País nada tem para oferecer e que, portanto, considerava caricato que essa recomendação fosse oriunda do CDS-PP. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro Moisés Ferreira disse que a questão do empreendedorismo é uma falácia e é vender banha da cobra, ressaltando que abrir lojas, cabeleireiros, seja o que for, não resolve o problema da criação de emprego porque, depois, não há economia para sustentar esses negócios, sublinhando que esse problema resolve-se com a dinamização da economia e não com o aventureirismo do empreendedorismo jovem. ---

Entrou o membro António André da Silva Topa.-----

Interveio o membro *Valter Amorim* (CDS-PP) que começou por dar nota do seu apoio à proposta apresentada pelo grupo municipal do PSD, para criação de uma comissão no âmbito das comemorações dos 40 anos do 25 de Abril. -----

Em relação à moção apresentada pelo grupo municipal do PS, pelo futuro da Linha do Vouga, disse haver muito a pensar e a fazer para trazer mais-valias àquela Linha, ressaltando que numa análise de fatores históricos, culturais e sociais, considera-a muito significativa para o concelho de Santa Maria da Feira e para toda a Região e que, por isso, acompanhava essa moção. -----

Sobre as propostas e recomendações apresentadas pela CDU, referiu considerá-las bastante significativas e que vão ao encontro das necessidades dos cidadãos. Particularizando, disse ser preciso reconhecer o trabalho do bombeiro, ressaltando que muitas vezes é considerado como muito importante mas que, quando chega a hora de dar algum sustento e defender aquilo que é o ser bombeiro, tal importância é esquecida, pelo que considerava muito importante e significativa essa recomendação. -----

Quanto à proposta para criação de uma comissão de acompanhamento à recuperação das pedreiras de Lourosa disse que, porque a anterior comissão, que havia sido criada para o mesmo efeito, encerrou a sua atividade com o término do mandato findo, o CDS-PP considera



importante que uma nova comissão seja criada.-----

Em relação à recomendação e moções apresentadas pelo Bloco de Esquerda, aludiu à moção sobre o Dia Internacional da Mulher para dar nota que a votava favoravelmente, salientando ser muito importante que deixem de existir discrepâncias entre sexos e que a mulher seja, efetivamente, vista de igual forma ao homem e seja valorizada, não só no dia em questão, mas todos os dias. Sublinhou que essa não é somente uma preocupação do Bloco de Esquerda, mas de todos. -----

Sobre a moção em defesa dos serviços públicos, referiu votá-la favoravelmente porque o CDS-PP também defende um serviço melhor e mais eficaz do que aquele que é prestado, comentando que, ao contrário daquilo que o Bloco de Esquerda pode tentar fazer transparecer, o serviço público não é só do Bloco ou de outras forças mais à esquerda, mas sim de todos, porque existe para servir todos, independentemente da cor partidária. -----

Em relação à recomendação sobre o Europarque disse que se iria abster, sublinhando que o CDS-PP considera haver muito a ser feito, que é preciso pensar e estruturar algo de modo significativo, com um princípio, meio e fim, fazendo sobressair que o problema não se resolve com situações avulsas e que é preciso mais do que o elencado na recomendação.-----

Concluindo, e referindo-se à moção intitulada “contra as nomeações dos aparelhos partidários para cargos públicos”, disse votar contra a moção porque, embora compreendendo aquilo que o Bloco de Esquerda pretende com a mesma, considera que há mais marés do que marinheiros, ou seja, que há gente séria na política, independentemente da cor partidária. -----

Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que, começando pela moção sobre a Linha do Vouga, deu nota do voto favorável do grupo municipal do PSD, comentando que o PS está a tentar aproveitar o facto de essa linha ter sido considerada como obra prioritária para querer ficar com o nome associado à mesma. Referiu, nesse âmbito, esperar que o atual governo fique muito mais associado ao conseguir, efetivamente, realizar a obra, ressaltando que isso agradaria não somente aos feirenses, mas a todas as pessoas do Entre Douro e Vouga. Salientou que, segundo sabe, está-se a tentar enquadrar as obras da Linha do Vouga numa concessão de forma a garantir que as mesmas sejam, efetivamente, executadas. -----

Em relação à proposta de louvor à Casa da Gaia, realçou que o grupo municipal do PSD está de acordo mas que considera necessário reconhecer que existem outras associações do



Concelho que igualmente merecem um voto de louvor, pelos eventos que realizam e pela ação cultural e desportiva que desenvolvem. Frisou que a Câmara tem, ao longo dos anos, reconhecido o mérito à Casa da Gaia, apoiando-a, tal como tem apoiado outras associações de igual valia.-----

Sobre a moção do Dia Internacional da Mulher, disse também merecer o voto favorável do grupo municipal do PSD, destacando o trabalho realizado pelos técnicos camarários da Divisão da Ação Social e Qualidade de Vida, bem como os técnicos da organização Rosto Solidário, ao nível da igualdade de género. Frisou, portanto, que a Câmara já está a trabalhar nesse matéria e que, se calhar, o Plano Municipal para a Igualdade de Género de que fala a moção já existe embora, eventualmente, com outra designação. -----

Em relação à proposta da CDU para a criação de uma comissão de acompanhamento à recuperação das Pedreiras de Lourosa disse que, tendo o subscritor da mesma, na reunião preparatória para esta sessão, acordado em retirar a frase que dizia "... só se encontrando selada a carreira dos Limas e estando ainda em processo de selagem a carreira dos Linos", que referiu não corresponder à verdade, então que o grupo municipal do PSD votava favoravelmente essa proposta. -----

Quanto à recomendação sobre o Castro de Fiães, disse que deixaria essa matéria a cargo do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fiães.-----

Relativamente à questão das nomeações dos aparelhos partidários para cargos públicos, disse concordar com o que disse a deputada municipal Margarida Gariso nessa parte, ressaltando também entender que por alguém ser filiado num partido político, isso não pode representar um cartão vermelho que o impossibilite de desempenhar um cargo público. -----

Nesse âmbito, referiu que o trabalho a que se refere essa moção foi baseado nos governos entre 1995 e 2005, abrangendo dois governos do PS e um do PSD, frisando que o atual governo é um exemplo nessa matéria ao ter criado a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP), informando tratar-se de um crivo para a seleção de candidatos para cargos públicos e que serve, exatamente, para obstar que seja qualquer "boy" a ocupar um cargo público. -----

Sobre a questão do Europarque, disse que o grupo municipal do PSD vota contra essa recomendação, salientando que aquilo que o Bloco de Esquerda quereria com a mesma é que o Europarque ficasse entregue aos lagartos e aos coelhos que por lá andarão, bem como a



alguns vândalos que poderiam ir para lá destruir aquele equipamento. -----
Salientou que enquanto não for resolvida a questão da gestão do Europarque, de modo definitivo, não lhe preocupa a questão da propriedade porque aquele equipamento, como é sabido, é propriedade do Estado, frisando que aos feirenses o que deve preocupar é que haja atividade cultural no Europarque, para que mantenha ativo. -----
Sobre a questão do estatuto do bombeiro, disse que o grupo municipal do PSD vota contra pela razão de que o proposto não se enquadra na lei. -----
Em relação à moção em defesa dos serviços públicos, sublinhou que o grupo municipal do PSD não quer, naturalmente, que nenhum serviço público encerre no concelho de Santa Maria da Feira. Salientou que aquilo que o Bloco de Esquerda defende representa mais gordura do Estado, ressaltando não se poder continuar a viver da mesma forma, que é preciso emagrecer mantendo os serviços públicos do melhor modo possível. Sublinhou que o concelho de Santa Maria da Feira tem fortes razões para aplaudir os serviços públicos porque está bem servido nessa área, ao contrário do que acontece em muitos outros concelhos. -----
Concluindo, e sobre a recomendação da autoria da Juventude Popular a respeito do emprego e empreendedorismo jovem, salientou que a mesma não se enquadra em termos legais e que, portanto, não é possível ao grupo municipal do PSD aprovar, em consciência, essa recomendação, pelo que a votava contra. -----

O Sr. Presidente da Assembleia deu nota de que o pedido do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fiães para intervir ficou prejudicado, por se ter esgotado o tempo disponível do grupo municipal do PSD. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que, em conversa tida com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fiães, ficou a saber que a Câmara Municipal já terá iniciado, junto do IGESPAR, o processo de classificação do Castro de Fiães, salientando, contudo, considerar que se justificava um esclarecimento da Câmara quanto a essa matéria. ---
Salientou que no site do IGESPAR consta que o Castro de Fiães está em avaliação desde 1975, ressaltando julgar que, entretanto, saiu legislação que deixou cair por terra todos os processos que estavam a ser avaliados ou que estavam parados, como o do Castro de Fiães, e daí ter surgido esta recomendação da CDU. -----



Em relação ao proferido pelo membro José Leão quanto à recomendação sobre o estatuto social do bombeiro, disse ter algumas dificuldades em compreender porque a mesma não estará de acordo com a lei, frisando que essa questão será alvo de estudo mais profundo. -----

Quanto à proposta para criação de uma comissão de acompanhamento à recuperação das pedreiras de Lourosa, frisou que, apesar da CDU ter acedido a alterar o texto de um dos aspetos justificativos, não destruiu com isso o sentido do texto, ressaltando, contudo, serem públicas as divergências de opinião que a CDU e o PSD têm relativamente a essa matéria. ----

A propósito da recomendação da Juventude Popular, sobre emprego e empreendedorismo jovem, referiu que votaria pela abstenção dado considerar tratar-se de um tema que necessita ser discutido de uma forma mais ampla, realçando não ter dados suficientes para poder interpretar, de uma forma mais correta, esse documento. -----

No que diz respeito à moção sobre a Linha do Vouga, disse que a CDU partilha a mesma preocupação do Partido Socialista e vota a favor da moção, comentando que, pelo que lhe pareceu, todos os partidos partilham dessa preocupação, dizendo, no entanto, não poder deixar de recordar que o anterior Governo, do Partido Socialista, nada contribuiu para a resolução desse problema.-----

Em relação aos restantes documentos, disse saudar especialmente a proposta da criação de uma comissão no âmbito das comemorações dos 40 anos do 25 de Abril, bem como a moção sobre o Dia Internacional da Mulher, fazendo sobressair que a situação social da mulher é uma questão que há muito preocupa a CDU, frisando que Portugal é um país em que a mulher ainda não tem o estatuto igual ao do homem e que o concelho de Santa Maria da Feira, principalmente no setor da cortiça, é exemplo disso, realçando tratar-se de uma situação que não está devidamente resolvida. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que, sobre o Europarque, disse que o Bloco de Esquerda não tem nenhuma intenção de entregar aquele equipamento nem a lagartos nem a coelhos. Referiu, contudo, e uma vez ter-se falado de coelhos, que reparou ter sido publicitado, no site da Câmara Municipal, que o Sr. Presidente da Câmara reuniu com o Sr. Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, para discutir a questão do Europarque. Salientou que a informação existente no site é relativamente inócua mas que, havendo conversações sobre o assunto, é mais um motivo para o Bloco de Esquerda reforçar a ideia que defende, ou seja,



que o Estado execute as contragarantias e que o Europarque passe a ser gerido publicamente, e que essa gestão pública possa ser articulada entre o Governo e a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, sublinhando que certamente o Europarque seria melhor gerido, teria melhor programação e serviria para melhores fins, em relação aos que tem tido. -----

Concluindo, reiterou que a isenção de IMI dada ao Europarque tem favorecido a Associação Empresarial de Portugal (AEP), fazendo sobressair que a AEP é a responsável pela falência daquele equipamento e que, nessa medida, o Bloco de Esquerda entende que devem ser executadas as contragarantias, bem como que essa isenção de IMI seja retirada. -----

Interveio o membro *Valter Amorim* (CDS-PP), começando por dizer que queria retorquir algumas afirmações feitas pelo membro José Leão, a propósito da recomendação elencada pelo CDS-PP sobre Emprego e Empreendedorismo Jovem. -----

Disse considerar necessário que o PSD esteja mais atento a esse assunto, fazendo alusão ao plano estratégico denominado “Estratégia Europa 2020”, bem como ao programa “Impulso Jovem” que está a ser levado a cabo pelo atual Governo, de coligação PSD/CDS-PP, e ainda ao programa “Garantia Jovem”, dizendo tratar-se de um programa que permite o acesso a fundos comunitários, na ordem dos 300 milhões de euros, aos quais as câmaras municipais podem candidatar-se. -----

De seguida, usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara*, para dar os esclarecimentos que entendesse por convenientes. -----

Sobre a questão do Castro de Fíães, disse que aquele castro consta da lista de imóveis de interesse público da Direção Regional de Cultura do Norte, e que o respetivo despacho de homologação data de 19/11/1975. -----

Referiu que o processo de classificação nunca foi concluído por motivos alheios à Câmara mas que, em sede do processo da revisão do PDM, a Câmara manifestou, junto da Direção Regional de Cultura do Norte, ter interesse em que o processo de classificação fosse concluído, e que espera que o mesmo se concretize o quanto antes. -----

Sobre a proposta da CDU para a constituição da comissão de acompanhamento da recuperação das Pedreiras de Lourosa, disse que, com a alteração ao texto inicial, foi reposta a verdade, sublinhando não se tratar de uma questão de opinião, mas sim de factos, ressaltando



que, de facto, a carreira dos Linos também está selada. -----

Em relação ao Europarque, salientou que a Câmara tem estado a trabalhar nesse processo e que já manifestou a sua preocupação, bem como a sua disponibilidade para participar na gestão futura do equipamento, à Associação Europarque, que atualmente gere o equipamento, à Sr.^a Secretária de Estado do Tesouro, bem como ao Sr. Primeiro-Ministro. Ressaltou que, como disse o membro José Leão, não há interesse nenhum em retirar quem está a gerir o Europarque porque, desse modo, corria-se o risco daquele equipamento ficar, de um dia para o outro, completamente inutilizado. -----

Referiu que a resolução do processo do Europarque não será célere, embora tenha pedido ao Sr. Primeiro-Ministro que seja, reafirmando que a Câmara tem trabalhado, e muito, no sentido de dinamizar e de manter uma vitalidade daquele equipamento, frisando ser preferível que o Europarque continue a funcionar nos moldes em que está porque, se estiver de portas fechadas e não recuperar o dinheiro, será muito pior. -----

Concluindo, e a propósito da recomendação sobre o estatuto do bombeiro, disse querer dar nota que a Câmara Municipal tem apoiado e continuará a apoiar os bombeiros, que tem estado sempre ao lado dos bombeiros e que, dentro da legalidade, continuará a fazê-lo. -----

Reentrou o membro Armando Teixeira. -----

Saiu o membro António Valdemar Ribeiro. -----

O Sr. Presidente da Assembleia, antes de submeter os documentos a votação, questionou ao plenário se não seria de concretizar, desde já, a composição da comissão proposta pelo grupo municipal do PSD, no âmbito das comemorações dos 40 anos do 25 de Abril, ao que o membro **António Topa**, na qualidade de 1.º subscritor da mesma, disse que, para além do representante a indicar pela Câmara, é da opinião que um elemento de cada partido e das forças independentes com representação nesta Assembleia são o suficiente, tendo em conta a matéria em causa. -----

Feita essa clarificação, **Sr. Presidente da Assembleia** passou a submeter a votação os documentos apresentados, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o



membro independente – estando presentes 51 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar a proposta intitulada “Comemorações dos 40 Anos do 25 de Abril”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente – estando presentes 51 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar a moção intitulada “Pelo futuro da Linha do Vouga”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos a favor da recomendação (BE, CDU), 30 votos contra (PSD: 29, Ind.) e 19 abstenções (PS: 18, CDS-PP), rejeitar a recomendação intitulada “Europarque”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

Saiu o membro Armando Teixeira. -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos a favor da moção (BE, CDU), 47 votos contra (PSD: 28, PS: 17, CDS-PP, Ind.) e 1 abstenção (PS – Augusto Santos), rejeitar a moção intitulada “Contra as nomeações dos aparelhos partidários para cargos públicos”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 21 votos a favor da moção (PS: 18, CDS-PP, BE, CDU) e 29 votos contra (PSD: 28, Ind.), rejeitar a moção intitulada “Em defesa dos Serviços Públicos”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente – estando presentes 50 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar a moção intitulada “Dia Internacional da Mulher”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----



– A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente – estando presentes 50 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar a proposta intitulada “Comissão de Acompanhamento Recuperação Pedreiras de Lourosa”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 21 votos a favor da recomendação (PS: 18, CDS-PP, BE, CDU), 28 votos contra (PSD) e 1 abstenção (Ind.), rejeitar a recomendação intitulada “Estatuto Social Bombeiro”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 21 votos a favor da recomendação (PS: 18, CDS-PP, BE, CDU) e 29 votos contra (PSD, Ind.), rejeitar a recomendação intitulada “Castro de Fiães – Santa Maria da Feira”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente – estando presentes 50 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar a proposta de Louvor à Casa da Gaia – Centro de Cultura, Desporto e Recreio de Argoncilhe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto a favor da recomendação (CDS-PP), 30 votos contra (PSD: 28, BE, PS: 1 – Augusto Santos) e 19 abstenções (PS: 17, CDU, Ind.), rejeitar a recomendação intitulada “Emprego e Empreendedorismo Jovem”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

O membro *António Topa* (PSD) fez a seguinte declaração de voto: “Eu tenho duas declarações de voto, relativamente a duas propostas. Uma relativamente à do CDS-PP, sobre o empreendedorismo jovem, e à da CDU, sobre a isenção do IMI para os bombeiros. ----- Eu gostaria de dizer que concordo com os princípios, aliás, se a proposta do CDS-PP não



entrasse no domínio das isenções de natureza fiscal, eu podia dizer que concordava a cem por cento com o que era proposto.-----

O que quero dizer é que não há possibilidade nenhuma de nós estarmos aqui a fazer uma proposta e uma recomendação à Câmara Municipal de aspetos de natureza ilegal. Estas situações, no que se refere ao IMI e outro tipo de impostos, nomeadamente o Imposto Único de Circulação, a Câmara não tem competência e qualquer deliberação nesse sentido, favorável, naturalmente tinha um processo levantado pela DGAL, ou outra situação do género. -----

Portanto, como não há competência, nós temos de votar contra. Só por isso é que eu voto contra, concordando com os considerandos das duas propostas.” -----

Seguidamente, e verificando não haver mais pedidos de intervenção à Mesa, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia, passando a introduzir o Período da Ordem do Dia. -----

Saiu o membro José Manuel Leão. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1 – Ata N.º 2 – Sessão Extraordinária de 20 de novembro de 2013 -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a apreciação dos senhores membros a ata em epígrafe que lhes fora previamente enviada, dando nota que não era necessário, na votação da ata, fazer o apuramento dos sentidos de voto, tal como estipula o Regimento em vigor, dizendo que os membros que se iriam abster o fariam, certamente, pelo facto de não terem estado presentes na sessão a que a ata se refere. -----

Verificando que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor da ata, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu-a, em seguida, a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 46 votos a favor e 3 abstenções, aprovar a Ata n.º 2, referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 20 de novembro de 2013. -----



2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em referência, constante do I Relatório de 2014, informação escrita dada pelo Sr. Presidente da Câmara onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, bem como a listagem das obras e fornecimentos adjudicados pelo mesmo de 2 a 31 do mês de janeiro de 2014, documento oportunamente distribuído, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – submetendo-o, em seguida, a apreciação. -----

Interveio o membro *Valter Amorim* (CDS-PP) que, aludindo ao quadro III da Informação, respeitante aos Investimentos por Grupos de Classificação Económica, disse que, em 19 dias, ou seja, de 12 de dezembro de 2013 – data a que se reportava a anterior informação prestada à Assembleia, na sessão de 27 de dezembro de 2013 – a 31 de dezembro de 2013, verificou ter havido um acréscimo de 2.756.175,37 €. -----

Referiu que algo empolou, ainda mais, as despesas de investimento, fazendo notar que as mesmas totalizaram, em 2013, 18.680.710,97 €, mais 6.560.161,93 € do que em 2012, traduzindo um aumento na ordem dos 54%. -----

Concluindo, solicitou ser esclarecido quanto ao aumento que mencionou, de 2.756.175,37 € em 19 dias. -----

Interveio, a pedido do Sr. Presidente da Câmara, a Sr.^a Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, *Helena Portela*, que esclareceu que os valores espelhados na presente Informação são valores realmente efetivados, explicando que, no fim do ano, há sempre valores que são concretizados. Referiu que isso não quer dizer que o investimento tenha sido feito em 19 dias, mas sim que foi realmente concretizado, em termos de pagamentos ou de outra natureza, realçando ser natural que, nos últimos dias do ano, haja determinados valores espelhados nos diversos mapas financeiros. -----

Seguidamente, o *Sr. Presidente da Assembleia* passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, dado a presente matéria não requerer qualquer votação, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em referência. -----



3 – Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida (deliberação da Assembleia de 27/12/2013)-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, na sequência da deliberação tomada pela Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 27 de dezembro de 2013, aludindo à informação prestada pelo Sr. Presidente da Câmara, datada de 07 de fevereiro de 2014 – oportunamente distribuída, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor seguidamente se transcreve: -----

“Na sequência da deliberação camarária de 16 de dezembro de 2013 e da deliberação tomada pela Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 27 de dezembro de 2013 no seu ponto 4, cumpre-me dar conhecimento que não foram assumidos compromissos plurianuais ao abrigo da autorização prévia genérica concedida até à presente data.” -----

O Sr. Presidente da Assembleia, em face dessa informação, e confirmando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.-----

Reentraram os membros José Manuel Leão e António Valdemar Ribeiro.-----

Saíram os membros Manuel Ferreira Santos, Paulo Marques de Oliveira e António Óscar Neves.-----

4 – Regimento da Assembleia Municipal-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, que estava agendado na Ordem do Dia da última sessão da Assembleia, realizada a 27 de dezembro de 2013, mas cuja discussão foi adiada para esta sessão, por decisão da Assembleia. Fez alusão aos documentos que foram distribuídos, no âmbito desse assunto, para a referida sessão de 27 de dezembro de 2013, nomeadamente um documento resultante do trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho criado para o efeito, onde constam as alterações ao regimento propostas pelos diferentes grupos municipais – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

O membro *Valter Amorim* (CDS-PP) fez a intervenção que se passa a citar: -----

“Em relação a este grupo de trabalho, que foi estruturado para elencar o novo Regimento da



Assamblea, gostaria de tecer alguns considerandos. -----

Desde logo, gostaria de destacar a franca mais-valia da existência do grupo de trabalho para formular uma nova proposta do Regimento, é muito positivo que assim tenha sido pois permitiu uma discussão franca e honesta onde os participantes prestaram as suas ideias, defenderam os seus ideais, criaram-se consensos, provando que estes fóruns podem gerar mais-valias e criar resultados francamente positivos para a Assembleia Municipal, e seus eleitos saírem dignificados. Foram duas reuniões francamente produtivas. -----

E, em segundo, lamentar a ausência do Partido Socialista neste fórum, pois certamente poderia ser ainda mais relevante o seu sucesso. Embora compreenda os argumentos, lamenta-se a não adesão, o que não pode ser argumento para menozizar o grupo de trabalho e seus objetivos ou resultados. -----

Em terceiro, foi pretensão do CDS-PP de Santa Maria da Feira trazer à discussão um conjunto de propostas que foram elencadas e defendidas aquando do ato eleitoral último. Acreditamos nestas propostas, julgámos que podem elevar o órgão e trariam uma mais-valia, não apenas política, de representação, de participação popular e, claro, de maior envolvimento de todos os cidadãos. Mas, também, de uma maior afirmação de cidadania e, como tal, uma abertura plena à sociedade. -----

Não é lícito insistir que as pessoas estão divorciadas dos órgãos de democracia local, como este, e nada fazer para mudar o rumo. -----

Não é lógico afirmar que sendo os eleitos os representantes das pessoas que os elegeram, e negar assim, também, as suas ideias e ideais, condições para que estas pessoas também participem. -----

Não se compreende afirmar que queremos defender os interesses dos feirenses e não criar condições para que a sua voz se faça ouvir, rebatendo que nós representamos as pessoas. A democracia existe para defender e dar voz às pessoas, a democracia existe para defender a representação e, como tal, somos, de facto, a favor de uma participação individual mas, também, coletiva. -----

Embora consensos tenham sido conseguidos, e este é o quarto ponto, ainda muito nos separa. No entanto as arestas limam-se e apenas com o diálogo se conseguem acordos. -----

Não foi o caso em particular do artigo 8.º, local das sessões, e do artigo 19.º, período de intervenção do público, onde procuramos defender uma maior descentralização das sessões,



como mecanismos de promoção, do envolvimento e participação das pessoas e de todos nos seus locais de conforto, e fomentar que as pessoas se sintam cómodas nas suas vidas, não tendo de esperar, como é o caso, ainda hoje, para o fim, e a horas muitas vezes impróprias para expressar aquilo que é a sua opinião.-----

Em quinto e último, publicitar as sessões de forma mais afirmativa para chegar ao maior número de pessoas e associações, abrindo caminho à abertura plena do evento às pessoas e promoção de um acompanhamento mais eficaz por todos, é fomentar a transparência e o respeito pelas pessoas, pelo órgão, elevando, como é evidente, todos os eleitos. -----

Foi esse o nosso objetivo ao propor, no artigo 41.º-A, publicidade por via eletrónica, a possibilidade de gravação audiovisual e a exposição da mesma, na página Web do órgão. -----

Com isto, tendo em consideração aquilo que foram as nossas propostas aquando das eleições, considerámos que defendemo-las, na íntegra, neste mesmo grupo de trabalho, a favor do novo Regimento. Tendo, portanto, em consideração estes mesmos pressupostos e não tendo sido possível um maior número de entendimento, considerar que, ainda assim, foi muito positivo e que conseguiu-se, efetivamente, progredir e melhorar aquilo que antigamente existia.-----

Este Regimento é, claramente, melhor.” – Fim de citação. -----

Interveio a deputada municipal **Margarida Gariso** (PS) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“O Grupo Municipal do Partido Socialista (GM/PS) apresentou 19 propostas de alteração a 14 artigos do Regimento desta Assembleia Municipal (AM). -----

Todas as propostas de alteração vão no sentido de permitir: -----

1. Mais tempo para preparação e intervenção dos seus membros e dos cidadãos, com vista à melhoria do debate público dos temas; -----
2. Maior divulgação dos trabalhos desenvolvidos e das convocatórias – contendo as datas das assembleias a realizar e a documentação de suporte à discussão dos assuntos a deliberar – com recurso a todos os meios ao dispor, nomeadamente as redes sociais; -----
3. Maior aproximação e participação dos cidadãos na vida pública: -----
 - a) Seja pela proposta de realização das Assembleias Municipais noutras freguesias do concelho e não apenas na freguesia sede, aproximando os políticos das pessoas que os elegeram; -----



b) Seja pela proposta de intervenção do público no início das sessões e não no final, sempre depois da meia-noite, ou seja, no dia seguinte para que estão convocadas, o que é altamente desmotivador da participação dos cidadãos. -----

Todas estas propostas do GM/PS, permitiriam uma maior dignificação da AM pelo mais amplo debate democrático e pelo aprofundamento das regras da democracia participativa, como consagrado no artigo 2.º da Constituição da República Portuguesa. -----

Acontece que os membros do PSD rejeitaram as nossas propostas, o que só por si é revelador de que o que propagandearam em campanha eleitoral e foi afirmado pelo então candidato à AM, Amadeu Albergaria, no Infomail, que passo a citar: “é fundamental a participação dos cidadãos na vida pública para que as comunidades locais possam garantir a sua identidade, desenvolvimento e coesão. Para superar este desafio, os decisores políticos têm de envolver as pessoas nos processos de decisão”, o que na prática e na primeira oportunidade não é concretizado o proclamado. -----

Contrariamente ao que o GM/PS faz, em coerência com aquilo com que se comprometeu com os eleitores, propondo medidas que na prática efetivamente permitem a criação de condições para maior aproximação dos políticos aos que os elegeram, como medidas conducentes ao aprofundamento da democracia participativa, naquela que é a casa da democracia do nosso município. -----

Pelo que votaremos contra as propostas apresentadas pelos membros eleitos pelo PSD por não contemplarem as propostas apresentadas pelo GM/PS.” -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por salientar que, na campanha eleitoral para as últimas eleições autárquicas, o Bloco de Esquerda assumiu três objetivos principais para a Assembleia Municipal, designadamente a democratização do órgão Assembleia Municipal, o reforço da fiscalização sobre a atividade do Executivo, e o esforço para que haja uma maior participação popular nas sessões da Assembleia Municipal. -----

Sobre a democratização do órgão, disse já ter tido a oportunidade de explicitar que não queria dizer que esta Assembleia Municipal não é democrática, mas sim que pode ser mais democrática ainda e, quanto à maior participação popular, disse não estar a referir-se à simples assistência das pessoas às sessões, mas sim de uma participação efetiva, em que possam fazer a diferença nas discussões. -----



Salientou ter entendido aceitar uma série de propostas que procuravam ir ao encontro dos objetivos traçados pelo Bloco de Esquerda para a democratização deste órgão mas que, mesmo assim, considera que a versão final do regimento, a ser votada nesta sessão, fica muito aquém daquilo que deveria ser. Ressaltou, contudo, que algumas das alterações consensualizadas foram da iniciativa do Bloco de Esquerda, e que é da opinião que melhoram não somente a capacidade de fiscalização da Assembleia como, também, a democratização deste Órgão. -----

Referiu que uma das alterações decorre da preocupação de fazer uma melhor publicitação e divulgação das sessões da Assembleia Municipal, salientando que, embora tal alteração não seja para o ótimo, é para melhor do que aquilo que era. -----

Destacou que outra proposta do Bloco de Esquerda foi no sentido de introduzir uma facilitação do direito de petição, dando nota, nesse âmbito, que o anterior regimento já previa esse direito de petição mas exigia quinhentos peticionários residentes no Concelho para que fosse inscrita na ordem do dia da sessão ordinária seguinte e que, agora, com a alteração, são precisos duzentos e cinquenta peticionários. Frisou considerar essa alteração positiva porque aproxima os cidadãos da Assembleia Municipal e, por outro lado, aproxima a Assembleia Municipal das preocupações reais tidas pelos cidadãos. -----

Reafirmou acreditar que o trabalho feito para a revisão do regimento ficou muito aquém daquilo que poderia ter sido, referindo, a título de exemplo, que o mesmo continua a não admitir a descentralização do local das sessões como norma, sublinhando que o Bloco de Esquerda entende que seria importante fazê-la. -----

Salientou que, além disso, o regimento continua a remeter a intervenção do público para o fim das sessões, frisando que o Bloco de Esquerda considera que essa situação não dignifica a Assembleia Municipal nem dignifica o público que assiste às sessões e que, muitas vezes, pretende trazer assuntos para discussão ou faz denúncias públicas sobre problemas muito concretos. -----

Sublinhou serem dezenas, ou até centenas, os municípios do País que permitem que sejam os cidadãos os primeiros a falar nas sessões das assembleias municipais, exatamente porque consideram ser esse o espaço mais nobre para os cidadãos intervirem. Disse que se a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira quer ser a voz dos cidadãos não pode ter medo da voz dos mesmos, remetendo as suas intervenções para horas da madrugada, para uma



altura em que já ninguém, sequer, quer ouvir o que têm para dizer. Lamentou que não se tivesse aproveitado a ocasião para inverter esse processo, permitindo aos cidadãos serem os primeiros a usar da palavra. -----

Referiu que, além disso, continua a exigir-se, para os cidadãos poderem intervir, a inscrição com quarenta e oito horas de antecedência sobre o início da sessão, sublinhando que o Bloco de Esquerda é da opinião que deveriam poder inscrever-se até à hora de início da sessão. Disse considerar essa antecedência como uma forma administrativa de limitar a participação dos cidadãos, realçando que alguns poderão ir à sessão com intenção de intervir mas que, porque não se inscreveram com a devida antecedência, poderão ver placada essa possibilidade. -----

Salientou que outra proposta do Bloco de Esquerda foi que todas as discussões tidas na Assembleia Municipal fossem divulgadas e tornadas públicas para consulta, não somente as referentes aos assuntos provenientes da Câmara Municipal mas, também, todas as restantes, como a discussão e votação das propostas, moções e outras. -----

Frisou que o BE propôs, igualmente, que as sessões fossem filmadas e transmitidas, em direto, para que as pessoas as pudessem assistir sem ter de se deslocar ao local onde se realizam, fazendo sobressair que essa era uma forma de aproximar a Assembleia dos cidadãos, e vice-versa. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro Moisés Ferreira lamentou que essa alteração não tenha sido aprovada, questionando qual a razão para que se tenha medo de mostrar aquilo que se passa nesta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro **Filipe Moreira** (CDU) que começou por dizer que queria saudar a forma aberta e informal como decorreram as reuniões do grupo de trabalho, salientando que tal permitiu uma discussão clara e sincera sobre o regimento desta Assembleia. Realçou, contudo, ser do entendimento que poderia ter havido maior flexibilidade por parte de alguns grupos, no respeitante a alguns pontos em específico. -----

Salientou que as propostas de alteração apresentadas pela CDU tinham como objetivo principal criar um regimento mais claro e democrático e que, nesse sentido, propôs, por exemplo, a inclusão de um novo artigo respeitante aos órgãos de comunicação social. Disse que esse novo artigo obteve consenso, e que o mesmo visa colocar no regimento aquilo que já



vem sendo prática, nomeadamente a reserva de um espaço físico, nas sessões, para os órgãos de comunicação social, bem como a disponibilização dos textos apresentados na sessão. Sobre isso, aludiu às limitações físicas que tem o auditório onde são realizadas as sessões, dizendo que, apesar de não reunir as melhores condições para o trabalho dos órgãos de comunicação social, acredita que as mesmas possam ser melhoradas no decorrer do mandato. -----

Frisou que, como é evidente, algumas das propostas apresentadas pela CDU obtiveram consenso, outras foram retiradas por questões de redundância ou de alteração da lei, e outras não foram consensualizadas, sublinhando ser precisamente sobre essas últimas que queria produzir algumas reflexões. -----

Deu nota que uma dessas propostas dizia respeito ao artigo 37.º, relativo à verificação de faltas e processo justificativo, em que a CDU propôs a introdução de uma nova alínea visando que o membro que não estivesse presente a dois terços da sessão tivesse falta. Nesse âmbito, referiu compreender os argumentos dados para a não consensualização dessa proposta, mas que também é preciso que todos compreendam que a atitude constante que alguns membros tiveram no anterior mandato não é muito digna e respeitadora deste órgão. -----

Disse que outra proposta prendia-se com a passagem do Período de Intervenção do Público para o início da sessão, realçando que a CDU continua a não compreender a posição do PSD relativamente a essa questão. Frisou que, no entendimento da CDU, não se trata de atribuir uma maior importância a um cidadão mas sim, única e simplesmente, facilitar a vida ao mesmo. Ressaltou que, com a recusa dessa alteração, o cidadão terá de aguentar pela noite fora até ter oportunidade de intervir, fazendo ainda sobressair que, na generalidade, os cidadãos pretendem apresentar questões concretas e diretas e que a proposta da CDU, caso fosse aprovada, poderia contribuir, até, para uma maior participação dos feirenses. -----

Proseguiu dizendo que, relativamente ao artigo 41.º-A, a CDU propôs a gravação vídeo e áudio das sessões, e a sua transmissão em tempo real sobre a forma de “podcasts”, bem como a publicação on-line de índices estatísticos relativos à atividade da Assembleia e de todos os documentos apresentados pelos grupos municipais no decorrer das sessões. Focou que essa proposta está em conformidade com o que já é realizado em muitas assembleias municipais, nomeadamente a de Lisboa, e na Assembleia da República. -----

Disse não ser possível, à CDU, compreender e aceitar a recusa de uma consensualização dessa proposta, não só pelo que referiu mas também porque a mesma não acarretaria quaisquer



custos extra, e os cidadãos teriam a vantagem de poder ter um maior acesso à informação bem como assistir às sessões sem saírem do conforto das suas casas. Lembrou, a esse propósito, que a área do Concelho não é propriamente reduzida e que os transportes públicos não são, propriamente, de excelência. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro Filipe Moreira disse que, finalizando-se hoje o processo de revisão ao regimento, fica a tristeza de presenciar que, por vezes, por questões meramente ideológicas ou, até, por teimosias partidárias, se bloqueia uma maior democratização da Assembleia Municipal, que disse ser o órgão que deve espelhar a democracia do Concelho. -----

Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que começou por dizer ter sido um privilégio participar no grupo de trabalho da revisão do regimento, salientando que o mesmo era composto por pessoas bastante acessíveis, o que tornou possível trocar ideias de uma forma serena e chegar a acordo relativamente a opiniões bastante divergentes. -----

Referiu não poder deixar de agradecer o trabalho desenvolvido pela jurista da Câmara, Dr.ª Cristina Rodrigues, da consensualização dos textos com a lei, permitindo ao grupo de trabalho ter a certeza de que as alterações ao regimento estão em conformidade com a nova legislação. Sobre o proferido pela deputada municipal Margarida Gariso em que acusou o Presidente da Assembleia de falhar ao compromisso que fez com os feirenses, sublinhou que o Presidente da Assembleia sempre defendeu, e continua a defender, uma grande participação dos cidadãos na vida pública do Concelho, fazendo sobressair que isso não se restringe a usar da palavra em primeiro ou em último lugar nas sessões da Assembleia. -----

Nesse âmbito, concluiu a sua intervenção dizendo considerar que falhar aos compromissos é alguém candidatar-se a Presidente da Assembleia Municipal e, logo de seguida, ir-se embora, não participando da mesma Assembleia Municipal. -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia*, após explicar à Assembleia os moldes em como o assunto seria votado, submeteu o mesmo a votação. -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente – estando presentes 48 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar os 44 artigos que não sofreram alteração – 1.º, 3.º, 4.º, 5.º, 7.º, 9.º, 10.º, 11.º, 14.º,



16.º, 18.º, 20.º, 23.º, 26.º, 27.º, 28.º, 29.º, 30.º, 31.º, 32.º, 33.º, 34.º, 35.º, 36.º, 39.º, 40.º, 41.º, 42.º, 43.º, 44.º, 45.º, 47.º, 48.º, 49.º, 50.º, 51.º, 52.º, 53.º, 54.º, 55.º, 56.º, 58.º, 59.º, e 60.º – a não ser as resultantes da adequação à lei, à terminologia legal e ao acordo ortográfico. -----
– Mais deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 48 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar os artigos 13.º, 21.º-A e Novo Artigo, com a redação proposta pelo Grupo de Trabalho. -----

Reentraram os membros Paulo Marques de Oliveira e António Óscar Neves. -----

– Mais deliberou, por maioria, com 34 votos a favor (PSD: 29, CDS-PP, BE, CDU, Ind., PS:1 - Augusto Santos) e 16 votos contra (PS), aprovar os artigos 2.º, 6.º, 12.º, 15.º, 19.º-4, 21.º, 22.º, 24.º, 25.º, 38.º, 46.º, 57.º, com a redação proposta pelo Grupo de Trabalho. -----
– Deliberou ainda, por maioria, com 32 votos a favor (PSD: 29, CDU, Ind., PS:1 - Augusto Santos) e 18 votos contra (PS: 16, CDS-PP, BE), aprovar a manutenção do artigo 8.º na redação atual. -----

Reentrou o membro Manuel Ferreira Santos. -----

Saiu o membro Margarida Alfama. -----

– Deliberou também, por maioria, com 31 votos a favor (PSD: 29, Ind., PS:1 - Augusto Santos), 17 votos contra (PS: 16, BE) e 2 abstenções (CDS-PP, CDU), aprovar, em relação ao artigo 17.º, a redação proposta pelo PSD. -----

Reentrou o membro Margarida Alfama. -----

– Deliberou ainda, por maioria, com 30 votos a favor (PSD: 28, Ind., PS:1), 20 votos contra (PS: 17, CDS-PP, BE, CDU) e 1 abstenção (PSD - Fernando Moreira), aprovar a manutenção dos artigos 19.º, 37.º e 41.º-A com a redação atual. -----

Sairam os membros Manuel Jacinto Moreira, Minervina Rocha e Maria Manuela Teixeira. ---



5 – PERM – Parque Empresarial de Recuperação de Materiais-----

- Prorrogação da suspensão parcial do Plano Diretor Municipal e medidas preventivas---

6 – Novo Aterro Sanitário da Suldouro -----

- Prorrogação da suspensão parcial do Plano Diretor Municipal e medidas preventivas---

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os assuntos em epígrafe, informando que, conforme o acordado na reunião da Comissão Permanente, a discussão dos mesmos seria feita em conjunto e que, naturalmente, a votação seria realizada em separado. -----

Chamou a atenção para os pareceres da CCDR-N relativos aos dois assuntos em questão, que acompanham as respetivas informações, datadas de hoje, do Sr. Vereador do Pelouro do Planeamento, Urbanismo e Transportes – cujos teores se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas – e que foram enviadas, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou os assuntos em referência, a que se referem as deliberações camarárias de 27 de janeiro de 2014 entretanto enviadas, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritas. -----

Interveio o membro *Valter Amorim* (CDS-PP) que começou por, aludindo aos pareceres favoráveis dados pela CCDR-N, dizer que também o CDS-PP votaria favoravelmente os assuntos em questão.-----

Salientou, contudo, que no que respeita à execução do PERM tem-se verificado atrasos sistemáticos penalizado, de variadíssimas formas, as pessoas daquela região, especialmente porque estão impedidas de utilizar uma estrada que, para elas, é vital, pedindo para ser esclarecido quanto a isso, bem como ser informado de quantos lotes é que já estão vendidos, realçando ser significativo saber qual o ponto da situação e o que está a ser feito, eventualmente, no sentido de colocar os restantes lotes à venda. -----

Disse que outra questão que queria colocar relaciona-se com a estrada que liga a Pigeiros, salientando tratar-se de uma via de vital importância e que, neste momento, se encontra encerrada. Referiu compreender, ao analisar a documentação distribuída, a justificação do



empregado, mas que considera relevante saber quando é que os cidadãos poderão, novamente, utilizar aquela via, ressaltando que essa informação não consta dos documentos. --

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que referiu ser entendimento da CDU que as prorrogações devem ser exceção, e não a norma, e que tem verificado uma certa normalização das prorrogações. Nesse sentido, questionou se as prorrogações têm causado prejuízos à Câmara Municipal e, em caso afirmativo, quais em específico. -----

Usou da palavra a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que deu nota, relativamente aos dois assuntos em questão, que o grupo municipal do Partido Socialista vai-se abster, por um lado porque não percebe os permanentes e sucessivos adiamentos na conclusão da revisão do PDM e, por outro, para manter a coerência com posições anteriormente já assumidas, relativamente às mesmas matérias. -----

Interveio o membro *António Topa* (PSD), que iniciou por informar que o grupo municipal do PSD vota favoravelmente a prorrogação da suspensão parcial do PDM, tanto no caso do PERM como no do novo aterro sanitário em Canedo. Salientou que a legislação dá à Câmara a possibilidade de pedir a suspensão nos moldes em que o fez, sublinhando ainda que qualquer alteração de pormenor que pode verificar-se, de modo natural, tanto no caso do PERM como no do aterro, implicaria uma perda de imenso tempo. -----

Frisou, portanto, que a suspensão parcial do PDM é, essencialmente, uma forma de a Câmara estar precavida para a eventualidade de surgirem pequenas alterações e que, nessa medida, o grupo municipal do PSD está de acordo com o proposto pela Câmara.-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por esclarecer, em relação às questões colocadas pelo membro Valter Amorim, que a obra do PERM não tem atraso, ressaltando que o procedimento conducente à suspensão do PDM leva o seu tempo, que tem trâmites a seguir e que isso condiciona as expropriações e, por conseguinte, o arranque da obra. Sublinhou que a obra do PERM decorre há cerca de treze meses e que a mesma está com uma execução superior ao previsto, recordando que o prazo da execução da obra é de dois anos. -----



Explicou que o arranque efetivo das obras envolve procedimentos, que muitas vezes não é possível proceder ao início das obras num tão curto espaço de tempo, sublinhando que as obras do PERM iniciaram-se logo que ficaram reunidas as condições para tal, recordando que o visto do Tribunal de Contas à parceria público-privada atrasou muito o processo. -----

Quanto ao número de lotes vendidos, disse serem perto de quarenta lotes que, neste momento, estarão vendidos, com contrato-promessa de compra e venda, informando que a escritura só será efetivada no final. -----

Concluindo, e em relação à questão sobre eventuais prejuízos que as prorrogações trazem à Câmara, esclareceu que as obras em causa estão a ser executadas com o investimento de parceiros privados e que, portanto, não há investimento direto da Câmara Municipal. -----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter os assuntos – pontos n.ºs 5 e 6 da Ordem do Dia –, separadamente, a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 30 votos a favor (PSD, CDS-PP, Ind., PS: 1 – Augusto Santos) e 18 abstenções (PS, BE, CDU), aprovar a prorrogação, pelo prazo de um ano, da suspensão parcial do Plano Diretor Municipal e o estabelecimento das medidas preventivas para a implementação do PERM – Parque Empresarial de Recuperação de Materiais, nos termos e com os fundamentos constantes da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 27 de janeiro de 2014, com a correção do teor do n.º 2 do art.º 1.º das medidas preventivas, conforme consta da informação suprarreferida – do Sr. Vereador do Pelouro do Planeamento, Urbanismo e Transportes –, relativa a esta matéria. -----

Mais deliberou, por maioria, com 30 votos a favor (PSD, CDS-PP, Ind., PS: 1 – Augusto Santos), 1 voto contra (BE) e 17 abstenções (PS, CDU), aprovar a prorrogação, pelo prazo de um ano, da suspensão parcial do Plano Diretor Municipal e o estabelecimento das medidas preventivas para a implementação do novo aterro sanitário da Suldouro, nos termos e com os fundamentos constantes da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 27 de janeiro de 2014, com a correção do teor do n.º 2 do art.º 1.º das medidas preventivas, conforme consta da informação suprarreferida – do Sr. Vereador do Pelouro do Planeamento, Urbanismo e Transportes –, relativa a esta matéria. -----



7 – Desafetação de parcela de terreno integrada no domínio público municipal -----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, relativamente ao assunto em epígrafe, informou que o mesmo, a solicitação da Câmara, é retirado da Ordem do Dia. Passou, por isso, a introduzir o ponto seguinte da Ordem do Dia. -----

Reentraram os membros Manuel Jacinto Moreira, Minervina Rocha e Maria Manuela Teixeira. -----

8 – Delegação de competências nas Juntas de Freguesia -----

- **Acordos de Execução/Aprovação de minuta e mapas de transferências** -----

- **Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais** -----

9 – Delegação de competências nas Juntas de Freguesia -----

- **Contratos interadministrativos/Aprovação de minutas** -----

- **Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os assuntos em epígrafe, informando que, conforme o acordado na reunião da Comissão Permanente, a discussão dos mesmos seria feita em conjunto e que, naturalmente, a votação seria realizada em separado. -----

Em seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara* para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou os assuntos em referência, a que se referem as deliberações camarárias de 13 e 27 de janeiro de 2014 entretanto enviadas, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritas. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) para questionar se as freguesias agregadas receberam o acréscimo de 15% de financiamento que estava previsto, ressaltando que, pela análise dos documentos recebidos, e como referido pelo próprio *Sr. Presidente da Câmara*, houve uma manutenção das verbas a serem transferidas para as Juntas de Freguesia. -----

Disse que a CDU é do entendimento que as verbas são, desde há vários anos, demasiado idênticas e que, como tal, pretende saber qual é a posição da Câmara Municipal no que respeita a esse assunto. -----



Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por fazer uma nota prévia, salientando que o Bloco de Esquerda é favorável ao princípio da delegação de competências, da Câmara nas Juntas de Freguesia, que sempre o foi porque considera que as Juntas de Freguesia, sendo o órgão autárquico mais próximo da população, faz melhor e mais rapidamente uma série de trabalhos que, embora possam, muitas das vezes, serem pequenos trabalhos, são fundamentais para a população e para o espaço da freguesia. -----

Salientou que o Bloco de Esquerda, sendo favorável à delegação de competências, sempre referiu que as mesmas devem ser acompanhadas do respetivo acréscimo de transferências financeiras porque, caso contrário, se torna muito difícil, ou mesmo impossível, as Juntas de Freguesia levarem a cabo essas competências. Referiu que, nessa medida, partilhava da preocupação de que, apesar do aumento das competências delegadas nas Juntas de Freguesia, as transferências financeiras têm-se mantido, sensivelmente, nos mesmos valores. -----

Frisou que outra questão que queria colocar prende-se com as verbas transferidas por causa da manutenção dos espaços verdes. Disse ter verificado que, na reunião da Câmara, houve discussão sobre a questão dos critérios, ressaltando que, para todas as outras verbas, desde as relacionadas com os cantoneiros, as relacionadas com as pequenas reparações das salas de aulas, e as da limpeza e expediente, há um critério para a definição da verba a distribuir mas que, para os jardins, não existe um critério visível e explícito. -----

Referiu, sobre isso, ter lido na ata da reunião da Câmara que, para 2014, ficava dessa forma porque não houve tempo útil para fazer o levantamento dos espaços verdes, questionando, nesse âmbito, se nem a Câmara nem as Juntas de Freguesia têm um levantamento feito dos espaços verdes existentes, bem como qual o critério que a Câmara está a pensar adotar, nos próximos anos, para que a distribuição de verbas seja mais justa, em relação aos espaços verdes. -----

Interveio a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS), que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“O Partido Socialista está inteiramente de acordo com a celebração de acordos de execução e contratos de delegações de competências com as juntas de freguesia (JF) porque entendemos que são excelentes parceiros para executar um trabalho de proximidade e melhor responder às necessidades das populações que representam. -----



No entanto da análise dos contratos permite-nos afirmar que se trata de um acordo/contrato que responsabiliza as juntas de freguesia e desresponsabiliza a câmara municipal (CM), estabelecendo uma relação demasiado desequilibrada entre as partes contratantes. Evidenciando que efetivamente não houve uma verdadeira negociação entre as partes (JF e CM), se não apenas no que respeita às verbas a transferir pela CM em cada um dos contratos. - Ora, um bom contrato deve satisfazer as partes envolvidas nele. Não foi esse o caso aqui em apreço. A título exemplificativo permito-me destacar algumas disposições que configuram uma clara intenção de favorecer uma das partes, no caso, a CM:-----

Constantes quer nos acordos de execução, quer nos contratos de delegação de competências: --

Nas cláusulas 6.^a e 7.^a dos acordos de execução e delegação de competências apenas estão elencadas obrigações para as JF, e nenhuma para a CM. -----

Na cláusula 3.^a diz-se que o apoio técnico solicitado pela JF será assegurado pela CM «de acordo com as disponibilidades do serviço». Ora, isto presta-se a todo tipo de discricionariedade, pondo em causa o princípio da igualdade e não discriminação. Ou presta apoio técnico ou não presta. Justamente quando a lei manda prever expressamente quais são os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício de competências delegadas, a nossa CM estabelece no acordo que propôs na cláusula 4.^a que também «não é necessário afetar recursos patrimoniais... sem prejuízo de alteração de circunstâncias ou em casos específicos» que a CM nunca refere quais são, permitindo mais uma vez discricionariedade e desigualdade de tratamento bem como falta óbvia e clara de transparência. -----

Nos acordos de execução: -----

Na cláusula 2.^a, n.º 2, alínea e) dispõe-se que a JF terá de realizar «pequenas reparações» nos estabelecimentos educativos mas não precisa nem quantifica. O que são «pequenas reparações?» O Sr. Vereador Vítor Marques alega ser “completamente impossível estar-se a discriminar as pequenas reparações”, contudo outras CM fizeram-no (já no final de 2013, caso da CM de Leiria e CM de Gondomar – ver respetivos sites, para entrar em vigor em janeiro de 2014) no entanto ainda existe outras formas de o definir, através da indicação de um valor máximo/teto. -----

Apesar de a manutenção dos espaços verdes (cláusula 1.^a, n.º 2, a)) ser uma competência delegada, a CM não refere quaisquer verbas para esse efeito e no entanto o contrato já entra



em vigor este ano e essa competência consta do contrato. -----

Nos contratos de delegação de competências: -----

A certa altura, na redação da cláusula 2.^a, n.º 1, alínea b), pode ler-se que o pedido de material «deve ser feito atempadamente» sendo a entrega feita à respetiva JF «de acordo com a disponibilidade existente». Não seria mais correto a definição de um prazo para as JF apresentarem o pedido para garantir essas entregas de material? Mais uma vez dizer-se que as entregas serão feitas de acordo com as disponibilidades é o mesmo que nada dizer: não compromete os serviços de uma das partes contratantes, a CM, mas compromete as obrigações da outra parte, as JF. -----

Uma leitura atenta dos documentos permite suspeitar da existência de verbas «subterrâneas» afetadas a designações eufemísticas como «manutenção de relvado do campo de futebol» aos clubes de futebol de Arrifana, Santa Maria de Lamas, Fiães e Lourosa, verbas essas que não são mais do que simples subsídios atribuídos de uma forma pelo menos irregular quando não ilegal. Achamos que os clubes desportivos devem ser apoiados mas de uma forma cristalina e transparente. Não assim. -----

Em face de tudo o alegado no precedente, em abono da transparência e equilíbrio na relação negocial entre a CM e JF, estamos convictos que as nossas propostas acima enunciadas serão consideradas pela CM e os acordos alterados nessa conformidade para poderem ser novamente submetidos aos órgãos competentes para aprovação, razão pela qual o GM/PS se vai abster na votação destes dois pontos da Ordem de Trabalhos.” -----

Interveio o membro *Amaro Araújo*, Presidente da Junta de Freguesia de São João de Ver, que começou por dizer que o motivo da sua intervenção é demonstrar o seu descontentamento em relação à questão da delegação de competências nas Juntas de Freguesia. Frisou saber que a culpa não é da Câmara, mas sim do Governo porque criou uma lei que causou o problema, ressaltando que os que fizeram a lei nunca saíram de Lisboa, que se limitaram a consultar o Orçamento da Câmara Municipal de Lisboa e que terão concluído que as juntas de freguesia viveriam num oásis. -----

Nesse âmbito, fez sobressair que enquanto a Câmara Municipal de Lisboa divide cerca de 70 milhões de euros por vinte e quatro freguesias, representando cerca 2,9 milhões de euros por freguesia, o orçamento da Câmara de Santa Maria da Feira não permite distribuir tais verbas,



ressaltando que as juntas de freguesia do Concelho são contempladas com tostões. -----
Sublinhou ser ridículo o problema que o Governo provocou, destacando que as juntas de freguesia não terão capacidade para realizar nada, frisando que para passar atestados basta um funcionário e que os Presidentes de Junta não serão precisos para nada. -----
Referiu esperar que haja bom senso, dizendo ter a certeza que o executivo da Câmara vai tê-lo porque, caso contrário, não é possível governar uma junta de freguesia. -----
Concluiu deixando um aparte, sugerindo que, ao fazer-se a marcação dos dias das sessões da Assembleia, se tivesse a atenção de não as fazer realizar em dias como o de hoje, Dia de São Valentim. -----

Interveio o membro *Valter Amorim* (CDS-PP) que começou por salientar que o CDS-PP está perfeitamente de acordo com a delegação de competências porque, para além de estarem consignadas na lei, considera que a legítima autonomia e maior proximidade que as juntas de freguesia têm para com o cidadão, deve ser sempre valorizada. -----

Referiu compreender que as freguesias do concelho de Santa Maria da Feira não têm, de facto, a mesma proeminência e visibilidade que têm as de Lisboa, mas que é com essa realidade que as mesmas têm de viver. -----

Disse ser relevante o posicionamento da Câmara Municipal em relação a todas as freguesias, ressaltando que esse posicionamento deve ser de equidade, prestando-lhes assistência de forma justa e pragmática. -----

Fez sobressair que, dos acordos, sobressaem os considerandos defensivos que a Câmara tem, e que compreende, salientando que as juntas de freguesia têm, também, a responsabilidade de gerir bem os poucos fundos que tem. -----

Concluindo, disse que lhe apraz registar o posicionamento tido pela Câmara Municipal, relativamente às matérias em questão. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos, face às questões colocadas. -----

Começando por aludir à intervenção feita pelo membro Filipe Moreira, referiu, quanto ao aumento de 15% nas transferências para as freguesias que se agregaram, que esse aumento está previsto pelo Orçamento de Estado, e não pelo Orçamento Municipal. Salientou que, de



facto, os valores das transferências para as juntas de freguesia mantêm-se, mas que isso representa um grande esforço da Câmara uma vez que, para 2014, há uma diminuição do Orçamento Municipal de 17,6 milhões de euros e que, portanto, o manter essas verbas foi um dos grandes esforços tidos pela Câmara. Realçou, contudo, que apesar de não ser em dinheiro, está previsto o fornecimento de material até ao montante anual equivalente a 15% do valor anual transferido para as juntas de freguesia, para a realização de pequenas obras e que, portanto, pode dizer-se que há um aumento de 15% nas transferências da Câmara para as juntas de freguesia.-----

Em relação à questão colocada pelo membro Moisés Ferreira, sobre o critério para as verbas a transferir para a manutenção dos espaços verdes, referiu que a Câmara entendeu continuar a utilizar o mesmo critério do ano anterior, transferindo uma verba igual para todas as juntas de freguesia, dizendo concordar que esse critério deve ser aperfeiçoado porque, de facto, pode trazer alguma injustiça. Disse existir o levantamento dos espaços verdes do Município mas que está a ser atualizado e que, por isso, a Câmara entendeu manter o critério usado nos últimos anos.-----

Sobre a afirmação da deputada municipal Margarida Gariso de que considera as juntas de freguesias como excelentes, disse querer dar-lhe as boas-vindas ao clube dos que consideram as juntas de freguesia desse modo porque, muitas vezes, ouviu o Partido Socialista lançar desconfianças pelo trabalho desenvolvido pelas mesmas juntas de freguesia. Sublinhou que a Câmara sempre demonstrou ter plena confiança no trabalho das juntas e que sempre respeitou muito a autonomia de decisão daquelas autarquias.-----

Em relação à questão do desequilíbrio das partes, disse que os acordos de delegação de competência decorrem do previsto na lei, recordando que as juntas de freguesia são livres de não aceitar os mesmos. Sublinhou que se a Câmara disponibiliza as verbas, então é natural esperar-se que as juntas de freguesia cumpram as respetivas obrigações, dizendo não compreender onde está o desequilíbrio.-----

Salientou que a deputada municipal Margarida Gariso falou em discricionariedade e desigualdade no tratamento, sublinhando também não compreender essa crítica porque os critérios estão claros para toda a gente, reafirmando não conseguir alcançar onde está a discricionariedade e a desigualdade. -----

Referiu que o Partido Socialista fez um drama em torno das pequenas reparações das salas de



aulas, salientando, acerca disso, que o critério usado foi o de transferir 150,00 € por sala de aula e que não considera relevante definir se a pequena reparação diz respeito à reparação de uma torneira ou ao pregar de um prego, frisando que a Câmara confia no bom senso das juntas de freguesia na gestão desse dinheiro. -----

Quanto ao facto do município de Gondomar ter o seu processo de delegação de competências pronto para vigorar desde janeiro de 2014, recordou que a lei estabelece um prazo de 180 dias após as eleições para esse efeito, recordando tratar-se de nova legislação e que, por isso, o processo da delegação de competências nas juntas de freguesia está envolto de novidade. Informou, nesse âmbito, que a Associação Nacional de Municípios Portugueses está a elaborar uma minuta dos acordos para facultar aos municípios, e que a Câmara, até ao momento, não a rececionou, dizendo pensar que, dos 308 municípios do País, haverá dois ou três que estarão mais adiantados, nesta parte, em relação ao de Santa Maria da Feira. -----

Sobre a questão do prazo de entrega dos materiais referiu que, naturalmente, caso uma junta de freguesia peça à Câmara um determinado material e esta não o tiver em stock, obviamente que não o poderá entregar no dia a seguir. Frisou que esse nunca foi um problema que a Câmara tivesse tido com as juntas de freguesia, sublinhando não perceber que se queira criar um drama em torno de algo que é, em termos de gestão, muito corrente. -----

Quanto à questão da falta de transparência nos apoios para a manutenção dos campos de futebol relvados, disse julgar que tal apoio decorre de uma deliberação da Câmara que terá uns quinze ou vinte anos, numa altura em que alguns clubes do Concelho começaram a construir os seus campos relvados, realçando considerar justa a verba que, nessa altura, foi acordada. Referiu que a Câmara entendeu não mudar uma prática de quinze ou vinte anos que sempre se revelou acertada, que nunca foi alvo de queixa, até agora que o Partido Socialista resolveu queixar-se, sublinhando não ver onde estava, nesse processo, a falta de transparência. Sobre a questão colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São João de Ver, em relação aos cerca de 70 milhões de euros que a Câmara de Lisboa tem para distribuir pelas freguesias, disse que queria fazer uma chamada de atenção, para repor alguma justiça. Disse, nesse âmbito, ter falado com o presidente de uma junta de freguesia do concelho de Lisboa e que constatou que o mesmo estava desesperado porque não sabia se ia conseguir gerir um orçamento de 6 ou 7 milhões de euros, tendo em conta as competências excessivas que foram delegadas, nomeadamente a tarefa da recolha de lixos, que envolve custos caríssimos e que



requer muito pessoal. Sublinhou, portanto, que as competências delegadas nas juntas do concelho de Lisboa representam encargos pesados, de tal maneira que os presidentes dessas juntas estão com receio de não conseguir gerir os respetivos orçamentos. -----

Concluindo, e sobre o facto de esta sessão ser realizada no Dia de S. Valentim, disse ter sido culpa sua, e não do Sr. Presidente da Assembleia, explicando que pediu para que assim fosse devido à necessidade que havia no sentido de que esta Assembleia aprovasse a prorrogação da suspensão parcial do PDM e as medidas preventivas – pontos n.ºs 5 e 6 da Ordem do Dia –, até ao dia 15 do corrente mês de fevereiro. -----

Interveio a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que começou por fazer sobressair que o Sr. Presidente da Câmara não terá percebido a intervenção inicial que ela – Margarida Gariso – fez e que, como tal, queria fazer um esclarecimento. -----

Referiu que o Sr. Presidente da Câmara afirmou, de uma forma muito clara, que a Câmara sempre processou da mesma forma, realçando, sobre isso, que o Sr. Presidente da Câmara esqueceu-se que a lei entretanto mudou e que, agora, o processo das delegações de competências nas juntas de freguesia implica haver negociações. -----

Frisou que o contrato que é presente à Assembleia para deliberação está cheio de alçapões e que isso significa uma total discricionariedade da parte da Câmara, ressaltando que, com isso, a Câmara poderá tratar algumas juntas como filhas, e outras como enteadas. -----

Concluindo, referiu que, para que tal comportamento não aconteça, era preciso que tudo estivesse dito, de modo claro, nos contratos a celebrar com as juntas de freguesia, mas que não está. -----

Interveio o membro *Valter Amorim* (CDS-PP) que disse querer questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre a situação de duas das juntas de freguesia que, neste momento, ainda se encontram numa situação menos clara, designadamente a juntas de freguesia de Arrifana e da União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande. Frisou que seria de bom-tom caso a Câmara fornecesse algumas informações à Assembleia, para que esta ficasse inteirada de como se vai processar as delegações de competências nessas duas situações. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que, em relação à questão colocada pelo



membro Valter Amorim, esclareceu que aquilo que sabe é o que todos sabem, porque é aquilo que foi lendo na comunicação social. Referiu ser público, no que respeita ao caso de Arrifana, que o Sr. Presidente da Junta eleito entendeu que a situação criada não permitia fazer, sequer, a gestão corrente da autarquia e, como tal, entenderam os eleitos pelo PSD renunciarem ao mandato para provocar novas eleições para, desse modo, devolver a voz ao povo para que a situação seja clarificada. Salientou que essa renúncia, pelo que sabe, já terá sido comunicada ao Ministério da Administração Interna, e que aquele Ministério nomeará uma comissão administrativa para gerir a freguesia, até às novas eleições. -----

Quanto à situação da União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande, disse que, pelo que tem lido, decorrem negociações e que não sabe se o processo será, ou não, idêntico ao de Arrifana, realçando que tal compete aos órgãos eleitos para aquela autarquia, e não à Câmara Municipal. -----

Relativamente à última intervenção da deputada municipal Margarida Gariso, disse que a mesma falou em alçapões mas que, qualquer dia, vai falar em “Al Çapones”, tal é a desconfiança que a mesma demonstra ter. Referiu que, felizmente, há dois PS no concelho de Santa Maria da Feira, um na Câmara Municipal, que disse mostrar ter alguma sensatez e uma postura construtiva, e um outro PS nesta Assembleia Municipal, que disse ser do contra e que está sempre com questões de desconfiança. Salientou que, para se confirmar essas posturas diferentes do PS, basta ver a discussão havida na reunião de Câmara, em relação às matérias em causa, sublinhando que, ali, foram consensualizadas algumas alterações por sugestão dos membros do PS, destacando que os dois assuntos foram, na reunião da Câmara, aprovados com votos favoráveis de vereadores do PS. -----

A deputada municipal *Margarida Gariso* pediu novamente da palavra, o que lhe foi concedido. Disse que o fait-divers, ou manobra de diversão, que o Sr. Presidente da Câmara usou na tentativa de dividir as posições assumidas pelo PS, quando o que está em discussão é o contrato a celebrar com as juntas de freguesia, é próprio de quem não tem melhores argumentos. -----

Tendo sido concedida a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o mesmo retorquiu ao proferido pela deputada municipal Margarida Gariso dizendo ser apenas preciso ver a posição



do PS na Câmara, e a posição e a exposição feita pelo PS nesta Assembleia Municipal, para comprovar a sua afirmação de que existem dois PS no Concelho. -----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter os assuntos – os pontos n.ºs 8 e 9 da Ordem do Dia –, separadamente, a votação. -----

Entretanto, no decorrer deste assunto, saiu o membro Eduardo Rocha. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 37 votos a favor (PSD: 29, CDS-PP, BE, CDU, Ind., PS: 4 – Rui Rios, Valdemar Silva, Ana Pires Oliveira, Maria Manuela Teixeira) e 13 abstenções (PS), autorizar a celebração de acordos de execução de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia – cujos teores se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas –, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 13 de janeiro de 2014. -----

Mais deliberou a autorização prévia para assunção dos compromissos plurianuais inerentes aos acordos de execução, nos seguintes termos:-----

. Ano 2015 – 698.508,52 €;-----

. Ano 2016 – 698.508,52 €;-----

. Ano 2017 – 698.508,52 €.-----

A Assembleia Municipal deliberou ainda, por maioria, com 37 votos a favor (PSD: 29, CDS-PP, BE, CDU, Ind., PS: 4 – Rui Rios, Valdemar Silva, Ana Pires Oliveira, Maria Manuela Teixeira) e 13 abstenções (PS), autorizar a celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia – cujos teores se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas –, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 27 de janeiro de 2014. -----

Mais deliberou a autorização prévia para assunção dos compromissos plurianuais inerentes aos contratos interadministrativos, nos seguintes termos:-----

. Ano 2015 – 1.013.592,00 €; -----

. Ano 2016 – 1.013.592,00 €; -----



. Ano 2017 – 1.013.592,00 €.

10 – “Contrato de Cessão de Exploração das Termas de S. Jorge” (para conhecimento) --

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe – a que se referem as deliberações camarárias de 16 de dezembro de 2013 e 10 de fevereiro de 2014 enviadas, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritas –, chamando a atenção de que o assunto é presente à Assembleia para conhecimento.

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia tomado conhecimento da deliberação da Câmara de adjudicar à empresa Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira a cessão de exploração das Termas de S. Jorge, pelo valor de 13.170,50 €, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

Reentrou o membro Eduardo Rocha.

Saiu o membro Alberto Tavares.

11 – “Concessão de Exploração das Termas de S. Jorge”

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 10 de fevereiro de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.

No âmbito do assunto em epígrafe foram oportunamente distribuídos, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal, o Programa de Concurso e o Caderno de Encargos – documentos cujo teor se dá aqui por reproduzido e ficam arquivadas na pasta anexa ao respetivo livro de atas.



Interveio a deputada municipal *Maria de Fátima Oliveira* (PS) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Este concurso é uma formalidade que tem sido adiada, não divisando eu qualquer razão para os adiamentos, para além do ganho de tempo de procura de texto adequado para o Programa de Concurso e para o Caderno de Encargos. Era e é intuitivo que, tendo em consideração a estrutura e a propriedade do património e depois com as condicionantes dos documentos suporte do concurso, muito dificilmente apareceria algum empreendedor que ousasse competir com a Sociedade de Turismo, por um lado concessionária da exploração e por outro dona dos meios de “produção”, incluindo do edifício. -----

Em boa verdade, o Caderno de Encargos e o Programa de Concurso apresentam barreiras inibidoras de lançamento a qualquer entidade externa. Ao cedente, segundo os documentos aludidos, quase só falta exigir estar representado em maioria no Conselho de Administração de um eventual concorrente externo. -----

Pergunto se não terá sido por ter a certeza que ninguém teria condições para se opor à Sociedade de Turismo – e abro parênteses para referir que oiço boas referências globais à gestão da que tem sido a concessionária ao longo dos anos – que a cedente propõe um preço de compensação financeira de € 15.000,00. Uma renda de € 1.250,00 por mês seria para uma qualquer loja em qualquer pequeno centro urbano. Quanto pagará a Câmara mensalmente por alguns espaços que ocupa de arrendamento? -----

É sabido de todo o concelho e é sobretudo sabido por toda a população de Caldas de São Jorge que a freguesia e as suas gentes nunca beneficiaram um avo pelo facto de ali terem emergido aquelas águas de tão benéficas características. Logo de início, já no século XIX a Câmara delas se apoderou, gerou e usufruiu. Se até à década de 60 do século XX a localidade ainda vendia algumas dormidas a alguns dos termalistas que frequentavam o estabelecimento, a partir de então a quase totalidade dos aquistas passou a ambulatória e aí se perdeu essa parca receita. -----

Não seria, pois, a altura de a Câmara Municipal, enquanto acionista maioritária da sociedade, oficialmente com 50% do capital, mas tendo outro capital injetado como suprimentos ou sob outra figura contabilística qualquer, não seria altura, dizia, de a Câmara dar uma pequena compensação à freguesia, nem que seja a título do uso do nome “Termas de S. Jorge”, abrindo a entrada da Junta de Freguesia ao capital social da Sociedade de Turismo, em condições a



discutir e acertar? Convencida estando eu de que a Junta em exercício não enjeitará tal acesso, poderia ser uma percentagem por doação pura e eventualmente outra por aquisição em condições de pagamento a concertar. Para além de que se torna imperioso que a Câmara (ou a Sociedade) melhorem, e muito, a envolvente com o fito de atrair mais gente, seja para o uso das Termas, seja para fruição em lazer de fim de semana. Espaço há. Recordo que várias termas há pelo País que se não comparam enquanto prestadoras de cuidados de saúde e de bem-estar, para muito pior, mas que oferecem a fruição de parques maravilhosos onde apetece estar.” -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por comentar que a intervenção da deputada municipal Maria Oliveira revela um profundo desconhecimento, por parte da mesma, sobre as Termas de S. Jorge. -----

Disse ter ficado espantado por aquela deputada municipal ter referido que as regras da concorrência são colocadas em causa devido ao facto da renda ser muito baixa, sublinhando, a esse respeito, que se a renda é assim tão baixa e se o negócio é tão rentável como a mesma diz, então que essas seriam razões adicionais para despertar o interesse dos privados e que considerava o facto de a renda ser baixa como, até, um incentivo para a concorrência. -----

Informou que as Termas de S. Jorge dão um prejuízo significativo à Câmara e que basta ver os orçamentos e os resultados da mesma para comprovar isso, ressaltando que qualquer entidade privada que tivesse que gerir um equipamento desse género, com tais resultados, que encerrava o mesmo, mas que a Câmara entende não dever fazê-lo porque considera aquele equipamento como sendo uma mais-valia. -----

Acrescentou que as Termas atuam num mercado concorrencial, que existem muitas termas no País e que, desse modo, os preços praticados não podem ser aquilo que se quer, sob pena de causar um desequilíbrio da lei da oferta e da procura. Frisou, portanto, ser necessário haver razoabilidade quanto a essa questão, ressaltando que haver um excelente balneário termal, que presta excelentes serviços, é motivo de satisfação para toda a população do Concelho e dos arredores. -----

Em relação à questão da compensação à freguesia, disse compreender que se compense uma freguesia por nela se localizar, por exemplo, um aterro sanitário, mas que compensar uma freguesia por ter um equipamento que atrai turismo, que atrai clientes para os pequenos



negócios, que a desenvolve, ou seja, por ter um equipamento turístico de excelência, é, para ele, uma novidade muito grande. -----

Intervio, novamente, a deputada municipal *Maria de Fátima Oliveira* (PS), que começou por realçar que, no seu entendimento, um eventual aumento da renda ou o facto de as Termas darem prejuízo não serão motivos inibidores para os possíveis concorrentes, mas sim as limitações que a Câmara impõe, no caderno de encargos, à eventual gestão daquele equipamento e até a uma eventual melhoria do mesmo. -----

Ressaltou que, dando as Termas de S. Jorge prejuízo, seria de todo o interesse criar condições para que aparecessem novos concorrentes, frisando que esses poderiam apresentar condições mais favoráveis à Câmara e aos contribuintes, nomeadamente aos caldenses. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* reafirmou não perceber o ponto de vista da deputada municipal. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 50 dos 54 membros que compõem este Órgão, autorizar a Câmara a celebrar contrato de concessão a que se refere o procedimento de concurso público, cujo valor é de 15.000,00 €, por ano, acrescido do IVA a taxa legal em vigor, fixando as respetivas condições gerais nos termos dos documentos do procedimento a que se refere a deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 10 de fevereiro de 2014. -----

12 – Procedimento “Prestação de serviços de disponibilização de uma plataforma eletrónica de contratação pública e de consultoria na implementação dos procedimentos concursais do Município de Santa Maria da Feira” -----

- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara* para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da -----



deliberação camarária de 27 de janeiro de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por referir que, na documentação relativamente a este ponto, se diz, a determinada altura, que foi abordado informalmente o mercado no sentido de se obterem condições comerciais e técnicas.-----

Salientou que, nessa medida, questionava quais as condições que foram encontradas nessa abordagem informal do mercado, e o porquê da Câmara entender manter a mesma entidade, mediante as condições obtidas.-----

Interveio o membro *Manuel Santos* (PS) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Analisando este 12.º ponto surgem algumas dúvidas:-----

- Qual a razão para que o executivo não informe esta Assembleia quais as empresas consultadas informalmente e quais os exatos fatores que excluíram as outras 6 plataformas disponíveis no mercado e certificadas pelo CEGER – Centro de Gestão da Rede Informática do Governo.-----

- A que se refere “custos indiretos internos” nos documentos distribuídos a esta Assembleia? Estas plataformas obedecem a rígidos protocolos e formatos normalizados de comunicações com entidades externas. A adaptação de utilizadores é extremamente rápida, os recursos tecnológicos são os mesmos, o certificado digital e os selos temporais são recursos do serviço adquirido. Então: o que serão esses custos e será esse valor tão elevado que inviabiliza optar por uma mudança de operador, que possua uma solução menos dispendiosa e igualmente eficiente.-----

- No contrato a realizar: que benefícios possuem outras entidades públicas do município que pretendam adquirir o mesmo serviço no operador.-----

Faço ainda três observações:-----

- A estratégia de gestão e comunicação adotada por este executivo é negligente e alimenta a imagem dúbia que, aos olhos dos cidadãos, caracteriza a classe política. Sugerimos, e seria conveniente, que se efetue um maior esforço na partilha de informação relevante a esta Assembleia e, conseqüentemente, aos feirenses; mostrando uma gestão mais transparente e



mais responsável.-----

- Citando a Associação Portuguesa dos Mercados Públicos, destacamos, que “O regime da contratação pública é, cada vez mais, um dos desafios da sociedade portuguesa que mais exige mudança e inovação em prol de sistemas mais eficientes e transparentes. Consequentemente o debate e o esclarecimento são contribuições essenciais para todos aqueles que têm responsabilidades neste domínio.” -----

Reforço 4 palavras-chave: eficiência e transparência; debate e o esclarecimento. -----

- Por fim, pela consulta de mercado que efetuamos, podemos concluir que o executivo podia ter feito um melhor negócio... e, para tal, bastava ter dado oportunidade a todas as plataformas disponíveis no mercado – refiro isso, porque, pelo menos uma, ficou sem resposta de vossa parte após iniciativa de contato.” -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara*, que começou por esclarecer que as negociações, para o procedimento em referência, foram conduzidas pelos técnicos da Câmara, nos quais disse confiar. -----

Sublinhou que a plataforma eletrónica foi objeto de concurso público que decorreu, segundo disse julgar, há cerca de três anos, ressaltando que ganhou o concurso quem apresentou a melhor proposta e que, com essa plataforma, verificou-se uma redução significativa de custos para a Câmara. -----

Fez notar que existem uma série de procedimentos e custos associados à inscrição na plataforma, informando que para os fornecedores e empreiteiros que trabalham com a Câmara podem ter acesso à plataforma, têm de pagar uma determinada verba e que, caso a Câmara estivesse frequentemente a mudar de entidade, isso representaria, para esses, frequentes custos. -----

Concluindo fez sobressair que, em relação ao preço anteriormente praticado, foi conseguido uma redução do mesmo, e que a Câmara entendeu mais adequado manter a mesma entidade, devido às razões que explicou. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 31 votos a favor (PSD: 28, CDS-PP, Ind., PS:1 – Augusto Santos) e 19 abstenções (PS: 17, BE, CDU), autorizar a assunção de compromissos



plurianuais inerentes ao procedimento em epígrafe, nos seguintes termos: -----

. Ano 2015 – 3.690,00 €; -----

. Ano 2016 – 3.690,00 €; -----

. Ano 2017 – 615,00 €. -----

Saiu o membro Valdemar Silva. -----

13 – Regulamento de Estacionamento Público de Superfície (artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 15.º do Regimento)-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos do artigo 53.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 15.º do Regimento deste Órgão e no seguimento da solicitação remetida à Mesa pelo membro Eduardo Rocha, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 993, em 23 de janeiro de 2014, documento esse enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito. Fez ainda alusão à recomendação/proposta que o membro Eduardo Rocha fez chegar à Mesa no âmbito do assunto, e que igualmente foi distribuída, oportunamente, pelos membros da Assembleia Municipal, passando em seguida a palavra ao membro Eduardo Rocha para fazer a apresentação desse documento.-----

Usou da palavra o membro *Eduardo Rocha* (PS) que apresentou a recomendação/proposta sobre o assunto em epígrafe cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“1. O Regulamento de Estacionamento Público de Superfície foi submetido a apreciação pública na 2.ª Série do Diário da República n.º 99 de 23 de maio de 2008, tendo sido aprovada a sua versão definitiva em reunião da Assembleia Municipal de 19 de setembro de 2008, estando assim prestes a completar 6 anos de idade;-----

2. O Regulamento, como medida de gestão e ordenamento na utilização do espaço urbano, visou dar resposta à crescente pressão na procura de estacionamento público, principalmente nos centros dos aglomerados onde se localizam os serviços públicos e comércio;-----

3. Seis anos depois entendemos que é tempo de fazer uma análise e reflexão aos objetivos propostos e ao sucesso ou não da implementação daquele instrumento de gestão; -----

4. Com a implementação da duração limitada e o pagamento da taxa reconhece-se que se deu



um salto qualitativo na gestão do estacionamento público, promovendo-se a utilização cíclica de curta duração; -----

5. A avaliação parece-nos assim positiva, mas entendemos que tal instrumento deve hoje ser objeto de alterações, fazendo uso da experiência de seis anos de vigência do diploma, alterações que visem não só melhorar a eficácia na gestão do espaço urbano, mas também contribuir para a dinamização socioeconómica do município, nomeadamente da Câmara Municipal, comércio e demais agentes económicos e condutores; -----

6. A título de exemplo, o regulamento trata por igual todas as zonas do concelho, não diferenciando realidades distintas que reclamam diferentes soluções; -----

7. Assim, propomos que no centro histórico da cidade de Santa Maria da Feira o horário de estacionamento de duração limitada e de utilização onerosa previsto no artigo 6.º do regulamento seja reduzido, passando a ser gratuito a partir das 17 horas; -----

8. Pretende-se com tal medida um incentivo ao comércio local do centro histórico, com especial ênfase no setor da restauração, tais como cafés, bar e restaurantes, num horário a partir do qual os serviços públicos se encontram já encerrados; -----

9. Da mesma forma, o nosso regulamento – e em geral os regulamentos de estacionamento público de superfície de todos os municípios – são também rígidos quanto à aplicação no tempo, não prevendo normas especiais para épocas sazonais que possam merecer diferente regulamentação; -----

10. Neste sentido, propomos o estacionamento gratuito ou a redução das tarifas no mês de agosto, altura em que a generalidade dos serviços se encontra com a sua atividade substancialmente reduzida ou mesmo encerrada; -----

11. Esta pequena medida, associada a um esforço de animação e dinamização cultural, poderá ser potenciadora de um crescimento na procura do concelho e da cidade de Santa Maria da Feira, numa época do ano em que as pessoas procuram tradicionalmente as zonas de praia, tudo em benefício dos serviços e comércio locais; -----

12. Por último, seguindo o exemplo bem-sucedido de diversos municípios próximos, tais como Ovar, São João da Madeira, Estarreja, Aveiro, Vila Nova de Gaia, etc., propomos uma alteração no regime sancionatório, com a inclusão de uma penalidade de valor correspondente à tarifa máxima diária; -----

13. Tal penalidade deverá ser titulada por um aviso de infração onde constará o valor, prazo e



a forma de pagamento, o qual poderá ser realizado por multibanco, transferência/depósito bancário ou nos próprios serviços da Câmara Municipal, revertendo a receita para os cofres do município, servindo até como forma de compensação pela eventual quebra de receitas com a isenção/redução no mês de agosto; -----

14. Esta medida beneficiará o cidadão, reduzindo o nível sancionatório da penalização que nos parece demasiado castigador; é assim dada ao cidadão a oportunidade de cumprir a sua obrigação, fixando-se no entanto uma penalização que consideramos adequada a assegurar a finalidade de prevenção da inobservância da norma; mantendo-se o incumprimento, será lavrado o auto e aplicada a coima atualmente existente; -----

15. Além da simplificação de processos, que aliviará a PSP na elaboração dos autos e na instrução dos processos, permitirá um encaixe financeiro à Câmara Municipal que não será de desprezar; -----

16. Esta medida trará também mais justiça na repartição das receitas, pois atualmente, não havendo pagamento do estacionamento pelo utente, a receita do pagamento da coima reverterá em 60% para o Estado, em 20% para a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária e em 20% para a PSP; o estacionamento em si, fica sem cobrança, em prejuízo dos cofres da Câmara Municipal ou do concessionário; -----

17. As propostas concretas atrás expostas deverão ser incluídas numa revisão geral ao regulamento a promover pela Câmara Municipal, revisão que deverá ter como preocupação torná-lo mais flexível na regulamentação de realidades distintas; -----

Face ao exposto, os membros do Grupo Municipal do PS, no uso de competência previstas na alínea r) do n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal, propõem o seguinte:---

a) Recomendar à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira que proceda, no quadro de uma avaliação global da sua aplicação, e em articulação e colaboração com as demais entidades competentes, à revisão do Regulamento de Estacionamento Público de Superfície; -----

b) No âmbito da revisão indicada em a) e sem prejuízo de futuras propostas que se venham a apresentar, incluir em concreto as seguintes alterações:-----

a. que no centro histórico da cidade de Santa Maria da Feira o horário de estacionamento de duração limitada e de utilização onerosa previsto no artigo 6.º do regulamento seja reduzido, passando a ser gratuito a partir das 17 horas; -----

b. a redução de tarifas ou o estacionamento gratuito no mês de Agosto; -----



c. alteração no regime sancionatório, com a inclusão de uma penalidade de valor correspondente à tarifa máxima diária, revertendo a receita na sua totalidade para os cofres do município.”-----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que, ao analisar o documento apresentado pelo grupo municipal do PS, verificou que algumas das propostas constantes do documento vão ao encontro de algumas das propostas defendidas pela CDU na campanha eleitoral para as últimas eleições autárquicas, nomeadamente a redução de tarifas e a questão da cobrança da tarifa máxima diária, em caso de sansão, que deverá reverter a favor do Município, fazendo sobressair que a multa que atualmente é aplicada em nada reverte para o município de Santa Maria da Feira. -----

Salientou que, por essa razão e também por ser do entendimento que as propostas explanadas terão um impacto positivo na vida dos feirenses, a CDU vota favoravelmente a proposta. -----

No que respeita ao pagamento de estacionamento público frisou que, na opinião da CDU, o pagamento não é a solução mais indicada para a gestão do espaço urbano e que essa gestão passará, essencialmente, por uma reorganização mais adequada desse mesmo espaço. -----

Referiu ainda que, apesar da cobrança do estacionamento já se verificar há alguns anos, a CDU não conseguiu, até ao momento, ter acesso aos dados financeiros dessa medida e que, portanto, não consegue saber se a medida traduziu, ou não, um prejuízo para o Município, questionando a Câmara sobre essa matéria, do ponto de vista económico. Nesse âmbito, disse ser público que Espinho colocou parquímetros na sede do concelho, em praticamente todas as ruas e que, com essa medida, para além de causar um transtorno enorme aos pequenos comerciantes, aquele município apenas arrecada 500 euros por ano. -----

Ressaltou, quanto ao estacionamento pago, que a CDU tem questões a que chamaria de éticas, recordando a polémica que deu a colocação de parquímetros na sede do Concelho, com a colocação de sacos do lixo a tapar os paquímetros, e lembrando também que muitos dos espaços onde o estacionamento é pago foram, no passado, oferecidos por particulares. -----

Referiu que a CDU tem dúvidas de que a cobrança do estacionamento público tenha justificação numa cidade como a de Santa Maria da Feira, que disse ser deficitária, por exemplo, no que diz respeito aos transportes públicos. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro Filipe Moreira salientou que, para além da questão



dos benefícios económicos que a medida do estacionamento pago trouxe, ou poderá trazer, para o Município, gostava também de saber se a Câmara tem, ou não, intenção de alargar essa medida a outras zonas da cidade. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer não discordar, per si, das propostas apresentadas pelo grupo municipal do PS, nomeadamente a referente ao regime sancionatório, mas que também tem de dizer que as mesmas não atacam o problema de princípio, que referiu ser o pagamento do estacionamento em espaço público. -----

Disse conseguir conceber algumas situações em que se pudesse cobrar o estacionamento em espaço público, tal como em cidades servidas com bons transportes públicos, em que as pessoas não fossem obrigadas a levar o carro para dentro da cidade, onde existam boas acessibilidades e boas condições para as pessoas andarem a pé, de bicicleta ou de outros meios de locomoção. Frisou não ser esse o caso de Santa Maria da Feira e que basta olhar para algumas das suas ruas para perceber como é difícil andar de carro, quanto mais a pé ou de bicicleta e que, portanto, entende que a cidade de Santa Maria da Feira não possui condições para ter estacionamento pago. -----

Reafirmou não conseguir conceber a ideia de poder haver alguém que arrenda espaço que é de todos, retirando dinheiro daquilo que é o espaço público e que, portanto, considera que o grande problema do estacionamento em Santa Maria da Feira é, precisamente, haver pagamento de lugares de estacionamento em espaço público. -----

Salientou que, para além dessa questão, é do entendimento que o número de lugares pagos é completamente desproporcional tendo em conta a dimensão da cidade sede do Concelho, e que também não lhe parece que tal número tenha alguma coisa a ver com a fluidez do trânsito, mas sim que é uma questão de negócio e de exploração de espaço público, frisando e que isso merece o desacordo do BE. -----

Concluindo a sua intervenção o membro *Moisés Ferreira* referiu que, dentro do mal que é haver o estacionamento pago, as alterações propostas pelo grupo municipal do PS melhoram um pouco essa situação, pelo que se abstinha na votação desse documento, fazendo contudo sobressair que, no entendimento do BE, a solução seria acabar com o estacionamento pago em espaço público. -----



Usou da palavra o membro *José Manuel Leão* (PSD) que começou a sua intervenção por realçar ser sabida a dificuldade que as pessoas tinham para encontrar um lugar de estacionamento no centro da cidade, para estacionar as suas viaturas e poderem ir tomar um café ou comprar uma fogaça, e que as pessoas, principalmente as que vivem na cidade de Santa Maria da Feira, notaram a diferença que é após a concessão do estacionamento pago.-----

Referiu que o autor da proposta em discussão estaria inconsciente ao sugerir que o estacionamento fosse gratuito no mês de agosto, ressaltando que essa medida levaria a que, até às 9 horas, todos os lugares de estacionamento ficassem ocupados pelas viaturas dos funcionários dos bancos, das finanças, e de todos os restantes serviços que se localizam no centro da cidade, tal como acontecia antes da concessão.-----

Disse parecer-lhe haver ausência de realidade na proposta apresentada pelo membro Eduardo Rocha, recordando que a Câmara submeteu o procedimento a concurso, que houve um vencedor e que a concessão está, agora, em execução. Nesse âmbito, referiu que os membros da atual Câmara, bem como da anterior, caso fizessem, hoje, um contrato de concessão para o estacionamento pago, certamente fariam algumas coisas diferentes daquilo que foi feito. -----

Salientou que a empresa aceitou a concessão no pressuposto de que a rentabilidade seria de 60 mil euros por mês mas que a realidade traduz-se numa receita a rondar os 17/18 mil euros mensais, sublinhando ter havido um erro de cálculo aquando da concessão mas que, agora, para que haja alterações ao contrato, terão de ser acordadas entre a Câmara Municipal e a empresa concessionária, frisando considerar a destempe a apresentação, neste momento, de recomendações de alterações a esse contrato.-----

Disse que, falando em seu nome pessoal e não em nome do PSD, concorda que o estacionamento deixe de ser pago a partir das 17h00 ou 17h30 porque considera que, a partir dessa hora, extingue-se o fim para o qual se criou o estacionamento pago. -----

Salientou que, por outro lado, discorda que o estacionamento seja gratuito no mês de agosto, fazendo sobressair que, apesar de ser um mês em que, efetivamente, se verifica uma redução no movimento gerado pelo tribunal, esse representa uma ínfima parte do movimento tido no Concelho, fazendo sobressair que o movimento gerado pelo Hospital São Sebastião representa 200 ou 300 vezes mais do que o gerado pelo Tribunal e pelos outros serviços públicos. -----

Referiu que a Câmara, quando tiver oportunidade, renegociará o contrato no sentido de obter as melhores vantagens possíveis para a população, não com o objetivo de angariar fundos mas



sim o de regularizar o trânsito, salientando ser esse o princípio que a Câmara teve em mente, desde sempre, ao gerir esse processo do estacionamento, ou seja, o princípio de servir a população. -----

Interveio o membro **Eduardo Rocha** (PS) para, na sequência do proferido pelo membro José Leão, ressaltar que disse, aquando da apresentação que fez do documento, que as alterações teriam sempre de ser analisadas à luz da existência de um contrato de concessão e que dissera, também, que a isenção, ou a redução das tarifas, poderia ser compensada com as novas receitas resultantes da inclusão da penalidade de valor correspondente à tarifa máxima diária, a aplicar em caso de sanção. -----

Salientou que um contrato, mesmo estando em vigor, pode ser alterado desde que as partes estejam de acordo, ressaltando ter sido à luz desse princípio que o grupo municipal do PS entendeu apresentar a proposta, não por ser inconsciente mas porque quer apresentar sugestões que possam melhorar, neste caso, a questão do estacionamento. -----

Sobre a questão do mês de agosto, disse não ser só o Tribunal que fica com menos serviço nesse mês, que as Finanças, as Conservatórias e todos os outros serviços também sofrem uma redução, sublinhando que vem muitas vezes a Santa Maria da Feira e sabe que é assim, tal como sabe as pessoas que andam em concelhos vizinhos, como Ovar ou Espinho, em comparação com as que andam em Santa Maria da Feira. -----

Disse que o membro José Leão falou em gerar fundos como se fosse esse o principal objetivo da recomendação apresentada pelo grupo municipal do PS, mas que essa afirmação terá resultado por distração na altura em que ele – Eduardo Rocha – apresentou o documento. -----

Concluindo, sublinhou que o principal alvo da recomendação são os cidadãos e, daí, a alteração proposta ao regime sancionatório, e que o segundo grande objetivo é a animação socioeconómica do Concelho, principalmente para defesa dos diversos serviços locais. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por dizer que se o membro Eduardo Rocha se tivesse inteirado das últimas informações que ele – Presidente da Câmara – deu numa reunião de Câmara e que foram noticiadas na comunicação social, sobre o assunto em questão, teria constatado que duas das propostas hoje apresentadas à Assembleia já constam dos princípios da revisão que está a ser equacionada pela Câmara, ao contrato da



concessão. Disse que uma dessas propostas é a referente à redução do horário até ao qual o estacionamento é pago, passando das 19h00 para as 17h30, e que a outra tem a ver com a possibilidade de ser paga, em vez da multa, a tarifa máxima correspondente a um dia inteiro de estacionamento, reafirmando ser um assunto que está a ser equacionado.-----

Explicou que a introdução do estacionamento pago, em algumas das ruas da zona do centro histórico da cidade, foi na sequência de uma reivindicação do pequeno comércio, que se queixava dizendo que as pessoas queriam parar para tomar um café ou para fazerem uma pequena compra mas que acabavam por ir a outro lado porque não tinham onde estacionar o carro, uma vez que todos os lugares ficavam ocupados, mesmo antes das 9h00, pelos carros dos funcionários dos serviços que aglomeram nesta zona.-----

Salientou que, com o estacionamento pago, qualquer pessoa que necessite de fazer uma paragem de 15 ou 20 minutos, para irem ao café, para tratarem de um assunto no banco, na Câmara, no Tribunal, nas Finanças, ou para qualquer outro fim, têm um lugar próximo para estacionar, quando antes da concessão não o tinham. -----

Frisou, contudo, que as situações vão mudando ao longo do tempo e que, agora, a questão está a ser colocada ao contrário, ou seja, que a queixa é de que o estacionamento pago está a matar o pequeno comércio. Disse compreender o desespero das pessoas e compreender o desespero do pequeno comércio perante a crise que o País atravessa e que sabe que, nessas circunstâncias, é sempre preciso atribuir a culpa a alguma coisa, realçando que antes a culpa era dos funcionários públicos que ocupavam todos os lugares de estacionamento e que, agora, a culpa é do estacionamento pago. -----

Quanto à questão do alargamento do estacionamento pago a outras zonas da cidade, disse entender não ser necessário, reafirmando que o objetivo foi incidir sobre a zona onde há muita concentração de serviços públicos precisamente para que as pessoas tivessem onde estacionar os seus carros próximo desses mesmos serviços, para poderem ir tratar dos seus assuntos, dizendo considerar esse como um bom princípio.-----

Relativamente à renegociação do contrato, disse ouvir muito falar em reduções de borla, salientando que isso é muito bonito de se dizer mas que não sabe como é que isso se faz. Referiu que o privado fez um negócio que, fosse hoje, certamente não o teria feito, destacando que o privado pagou cerca de 2 milhões e 600 mil euros à cabeça e que basta aplicar uma taxa de juro de 10% sobre esse valor para se verificar que, só para ter o custo do capital investido,



são precisos 260 mil euros ao ano, sem contabilizar os custos de exploração. Disse, portanto, não considerar que o privado tenha feito um bom negócio, mas sim um negócio ruinoso, ainda mais porque existem zonas de estacionamento não pagas a cerca de 200 ou 300 metros dos serviços, cuja distância pode facilmente ser feita a pé, ressaltando que uma das queixas que o privado hoje faz é que a cidade de Santa Maria da Feira não tem problemas de estacionamento. -----

Disse não concordar que se deixe de pagar o estacionamento em agosto, recordando ser nesse mês que, geralmente, se realiza a Viagem Medieval e que esse evento traz muitas pessoas a Santa Maria da Feira, representando uma receita significativa ao nível do estacionamento pago. Referiu ser do entendimento que tais momentos, em que há mais procura de estacionamento, devem ser aproveitados, comentando e que deixar o estacionamento de ser pago em agosto não retiraria as pessoas da praia para virem para Santa Maria da Feira. -----

Concluindo a sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara sublinhou que esse assunto, da renegociação da concessão, está a ser estudado, fazendo contudo sobressair que a empresa concessionária fará as suas exigências porque, de facto, pagou pela concessão, reafirmando tratar-se de uma matéria que está a ser analisada com muita cautela. -----

Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----
E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor da proposta (PS: 16, CDU), 29 votos contra (PSD: 28, Ind.), e 3 abstenções (BE, CDS-PP, PS:1 – Augusto Santos), rejeitar a proposta apresentada pelo membro Eduardo Rocha, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

14 – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira -----
- Designação de uma pessoa de entre cidadãos eleitores para substituição de António Manuel Rocha Espassandim -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, constante do e-mail enviado pela Sr.^a Presidente da Comissão em referência, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 1.199, de 28 de janeiro de 2014 – documento enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito –, em que anexa o ofício n.º 86, de 27 de janeiro de 2014, daquela Comissão, cujo



teor seguidamente se transcreve:-----

“Assunto: Pedido de substituição de elemento designado pela Assembleia Municipal -----

Exmo. Senhor Presidente Dr. Amadeu Albergaria, -----

Venho por este meio informar que o cidadão António Manuel Rocha Espassandim, designado por essa Assembleia Municipal, para a modalidade alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, atinge o limite de três mandatos (6 anos consecutivos) como representante, a 14 de fevereiro de 2014. Assim, solicito a V. Ex.^a que a Assembleia Municipal proceda à sua substituição, designando alguém de «entre os cidadãos eleitores, preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo», conforme alínea l) do artigo 17.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro e Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto).-----

Solicito que comuniquem a esta CPCJ, até ao dia 14 de fevereiro, sobre o cidadão eleitor designado pela Assembleia Municipal, indicando o seu nome e contacto.-----

Agradeço desde já toda a atenção dispensada.”-----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, nesse âmbito, deu nota da entrada na Mesa de uma única proposta, subscrita pelo membro José Manuel Leão, na qual o grupo municipal do PSD propõe a cidadã eleitora Maria Amélia Dias Pichel Silva Petiz para integrar a modalidade alargada da Comissão em epígrafe, para substituição de António Manuel Rocha Espassandim. Confirmando não haver mais propostas, passou a submeter a única proposta apresentada – que designou por Lista A – a votação, por escrutínio secreto.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto e por maioria, com 35 votos na Lista A, designar a cidadã eleitora Maria Amélia Dias Pichel Silva Petiz para substituir António Manuel Rocha Espassandim na modalidade alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira.-----

Escrutinaram-se, ainda, 14 votos em branco.-----

15 – Empreitada “Reabilitação do edifício de Turismo e Cultura – Santa Maria da Feira”-----

- Autorização prévia para assunção de compromisso plurianual-----



O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 10 de fevereiro de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por recordar que a CDU reclama, há alguns anos, a existência de um lar decente no respeitante ao posto de turismo, e que já por várias vezes foi afirmado, nesta Assembleia Municipal, que a CDU é do entendimento que a Casa da Malaposta, em Sanfins, deve ser requalificada. Salientou que esse edifício encontra-se localizado num espaço de excelência para a promoção turística do Concelho e que, embora sendo propriedade privada, está classificada como sendo de interesse municipal, ressaltando que esse edifício está abandonado e que podia ter um papel mais ativo na promoção turística do Concelho. -----

Aludiu também à infraestrutura do posto de turismo localizada em Santa Maria de Lamas, solicitando ser esclarecido quanto à utilidade que essa infraestrutura tem desempenhado. -----
Sobre a empreitada de requalificação em questão, a que se refere este ponto da ordem do dia, pediu para ser elucidado quanto a qual é, em concreto, o edifício a que se refere a reabilitação, bem como qual é a necessidade e a finalidade da mesma. -----

Interveio a deputada municipal *Carla Pereira* (PS) que começou por salientar que o grupo municipal do PS também teve dificuldades em perceber qual o edifício em questão, tendo, todavia, levado em consideração que o assunto é presente à Assembleia para efeitos da autorização para a assunção de compromisso plurianual. -----

Frisou, no entanto, que da análise do processo ressaltam alguns aspetos que considera conveniente serem referidos. Realçando que o procedimento concursal foi aberto uns meses após a contração do empréstimo no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), questionou qual a premência das obras de requalificação em causa, tendo em conta o alto valor dessas obras bem como ao facto, já mencionado, da existência de algumas



infraestruturas que poderiam ser aproveitadas. -----

Referiu ter verificado que, apesar do preço base da obra ter sido de 423.307,00 €, a mesma foi adjudicada por um preço de 352.830,94 €, e que considera essa diferença substancial, dizendo esperar que tal não signifique que possam incorrer potenciais riscos de incumprimento por parte do adjudicante. -----

Salientou ter também verificado que, aquando da adjudicação, houve lugar a uma retificação nos valores unitários da proposta concorrente, ressaltando que, segundo a lei do Código dos Contratos Públicos, não é possível haver alteração dos atributos sujeitos à concorrência, ou seja, que não é possível haver alteração ao preço que poderá, eventualmente, delimitar ou enganar na atribuição da adjudicação. -----

Concluindo a sua intervenção, a deputada municipal Carla Pereira solicitou ser esclarecida, também, quanto a essa correção de preços. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos face às intervenções efetuadas, começando por aludir à questão colocada pelo membro Filipe Moreira, sobre o posto de turismo de Santa Maria de Lamas. Informou ser um equipamento que está a ser gerido, com cuidado, pela respetiva Junta de Freguesia, e que tem como objetivo promover turisticamente o Concelho. Destacou que aquele posto está associado ao Museu de Santa Maria de Lamas, salientando considerar esse património valioso e que, sendo propriedade privada, embora com algumas medidas restritivas, entende que está em boas mãos, comentando que era bom que houvesse mais pessoas capazes de gerir bem e de manter tal género de equipamentos. -----

Sobre a identificação do edifício a ser reabilitado, explicou ser o edifício situado na Praça da República, quase em frente à Câmara Municipal, onde esteve instalada a delegação escolar, dizendo tratar-se de um edifício que foi comprado pela Câmara há alguns anos e que se encontra em avançado estado de degradação, pelo que é necessário ser reabilitado. Frisou que o objetivo é instalar, nesse edifício, os serviços de turismo da Câmara que, neste momento, encontram-se num espaço arrendado, na mesma Praça, e que tem uma renda muito elevada. ---

Em relação à questão do preço pelo qual a obra foi adjudicada, colocada pela deputada municipal Carla Pereira, referiu que todas as propostas apresentadas a concurso têm que ser abaixo do preço base, caso contrário serão excluídas. -----



Sublinhou tratar-se de um procedimento de concurso público, com critérios de seleção bem definidos, ressaltando, em relação à questão sobre um eventual risco de incumprimento por parte do adjudicatário, que ninguém está livre desse risco e que o mesmo está patente até à conclusão das obras.-----

Sobre a questão da alteração dos atributos, explicou ter havido um engano de escrita no relatório preliminar, que depois o júri retificou. Frisou ter-se tratado de uma mera retificação a um lapso de escrita, e que nada tem a ver com uma alteração dos atributos da proposta do caderno de encargos.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente – estando presentes 49 dos 54 membros que compõem este Órgão, autorizar a assunção de compromisso plurianual para 2015, inerente à empreitada em epígrafe, no valor de 58.805,16 € + IVA.-----

Em seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a minuta da ata desta sessão a aprovação e, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a ata desta sessão.-----

Posto isto, e nada mais havendo a tratar, às 01,30 horas, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou os trabalhos, do que para constar, se lavrou esta ata que vai ser assinada por todos os membros da Mesa.-----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário